



INSTITUTO
SUPERIOR
DE ANGOLA

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A INCLUSÃO DE MERENDA ESCOLAR: ESTRATÉGIAS
PERSONALIZADAS DE ATENDER AS DIFERENTES
NECESSIDADES COGNITIVAS DOS ALUNOS. ESCOLA PRIMÁRIA
Nº 115. 5 DE MAIO, MUNICÍPIO DO AMBRIZ-BENGO ANO 2023-2024.**

Autora: Raquel Isabel Sedrense Manteiga

Orientador: Ezequiel Lupassa, MSc.

Icolo e Bengo, 2025

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A INCLUSÃO DE MERENDA ESCOLAR: ESTRATÉGIAS
PERSONALIZADAS DE ATENDER AS DIFERENTES
NECESSIDADES COGNITIVAS DOS ALUNOS. ESCOLA PRIMÁRIA
Nº 115. 5 DE MAIO, MUNICÍPIO DO AMBRIZ-BENGO ANO 2023-2024.**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto
Superior de Angola – ISA, como requisito para
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob
orientação do professor Ezequiel Lupassa, Msc.

Autora: Raquel Isabel Sedrense Manteiga

Orientador: Ezequiel Lupassa, MSc.

Icolo e Bengo, 2025



INSTITUTO
SUPERIOR
DE ANGOLA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

PÁGINA DE APROVAÇÃO

**A INCLUSÃO DE MERENDA ESCOLAR: ESTRATÉGIAS
PERSONALIZADAS DE ATENDER AS DIFERENTES
NECESSIDADES COGNITIVAS DOS ALUNOS. ESCOLA PRIMÁRIA
Nº 115. 5 DE MAIO, MUNICÍPIO DO AMBRIZ-BENGO ANO 2023-2024.**

O JÚRI

1 – Presidente_____

2 – 1º Vogal_____

3 – 2º Vogal_____

4 – Secretário_____

CLASSIFICAÇÃO:_____

DATA DA DEFESA:_____ / _____ / _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, dedico também esta realização. Com profunda gratidão, agradeço-lhes por cada palavra de incentivo, por cada gesto de carinho e por cada sacrifício feito ao longo da minha trajetória. Vocês foram o meu apoio nos momentos difíceis, as vozes que me encorajaram a continuar quando parecia mais fácil desistir. Este trabalho é uma homenagem ao amor e à força que recebi de vocês, que sempre me ensinaram a importância da educação, do trabalho árduo e da determinação.

AGRADECIMENTO

À Deus, fonte de todas as bênçãos, por sua protecção e orientação constante ao longo desta jornada. Foi sua presença que me concedeu força e resiliência para superar cada obstáculo e perseverar nos momentos de maior desafio. É a Ele que devo toda a honra e gratidão pela realização deste sonho.

Aos meus queridos irmãos, cuja amizade e apoio incondicionais foram uma fonte constante de encorajamento e conforto. Vocês estiveram ao meu lado em cada passo, celebrando as vitórias e oferecendo suporte nas dificuldades. Este trabalho é também um reflexo do amor e da união que compartilhamos.

Ao meu amado tio, António Dias, minha profunda gratidão. Sua generosidade e sabedoria me inspiraram e mostraram o valor do trabalho e da perseverança.

Ao meu tutor Ezequiel Lupassa, agradeço especialmente por sua orientação e paciência, guiando-me com atenção e incentivando-me a alcançar a excelência em cada etapa deste trabalho.

Aos professores Van-Dúnem, Vânia Felipe, Manuela Veiga e Madalena João, cuja dedicação e conhecimento contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento intelectual. Cada um de vocês, com seu compromisso e paixão pela educação, inspirou-me a buscar sempre mais e a explorar novos horizontes.

A direcção do Instituto Superior de Angola merece também meu agradecimento por todo o suporte e infra-estrutura oferecidos, que foram fundamentais para a minha formação. Agradeço a cada membro desta instituição pelo esforço em criar um ambiente propício ao aprendizado e à realização académica.

Por fim, aos amigos que fizeram parte desta caminhada, meu agradecimento especial. Ao João Silvante, Ema André, Cristina Pedro, Suzeth Soares, Cátia Pedro e Josué Tonta, obrigado por cada palavra de incentivo, cada momento de descontração e cada apoio nos momentos de dificuldade. Vocês tornaram esta jornada mais leve e significativa, e a vossa amizade é um presente inestimável que levarei para a vida.

EPÍGRAFE

A criança precisa estar alimentada para permanecer na escola e aprender, aproveitar o melhor possível do contexto escolar sem a sensação de fome que comprometeria a concentração e rendimento escolar.

Cristiane Kraus dos Santos (2021, P.8).

RESUMO

A nutrição para crianças em idade escolar tem se destacado entre estudiosos devido diferentes áreas do desempenho escolar, que incluindo frequência, comportamento e níveis de desempenho correlacionam. A pesquisa, traz como tema “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”. Para atender a problemática, o projecto direcciona-se, pela pesquisa exploratória, com modelo de abordagem qualitativa. Como pergunta orientadora temos: que estratégias personalizadas para inclusão de merenda escolar podem atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária n.º 115, no município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024? hipóteses I: implementação de programas de nutrição diferenciada; hipóteses II: a merenda escolar como ferramenta de apoio ao desempenho de alunos em situação de vulnerabilidade social; hipóteses III: criação de horário flexível de merenda. Objectivo geral: conhecer estratégias personalizadas de inclusão da merenda escolar que atendem as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária 115. Objectivos específicos: descrever sobre estratégias personalizadas para a inclusão da merenda na Escola Primária 115; identificar os alimentos de produção local potenciais para merenda escolar; estabelecer relação entre nutrição, alimentação e educação; caracterizar preferências alimentares dos alunos; identificar factores que dificultam a inclusão da merenda escolar. A pesquisa abrange um total de 13 inquiridos. A inclusão da merenda escolar constitui-se como estratégia, ferramenta de apoio ao desempenho cognitivo e físico de alunos socialmente vulneráveis. A pesquisa sugere acordos entre administração e privados como fonte de financiamento do PME.

Palavras-chave: estratégias; inclusão; merenda escolar; necessidades cognitivas.

ABSTRACT

Nutrition for school-age children has been highlighted among scholars due to different areas of school performance, which include attendance, behavior and performance levels correlate. The research has as its theme “The inclusion of school meals: personalized strategies to meet the different cognitive needs of students. Primary School No. 115. 5 de Maio, municipality of Ambriz-Bengo year 2023-2024”. To address the problem, the project is guided by exploratory research, with a qualitative approach model. As a guiding question we have: what personalized strategies for the inclusion of school meals can meet the different cognitive needs of students at Primary School No. 115, in the municipality of Ambriz-Bengo year 2023-2024? Hypothesis I: implementation of differentiated nutrition programs; Hypothesis II: school meals as a tool to support the performance of students in situations of social vulnerability; Hypothesis III: creation of flexible meal schedules. General objective: to identify personalized strategies for the inclusion of school meals that meet the different cognitive needs of students in Primary School 115. Specific objectives: to describe personalized strategies for the inclusion of school meals in Primary School 115; to identify locally produced foods that are potential for school meals; to establish a relationship between nutrition, food and education; to characterize students' food preferences; to identify factors that hinder the inclusion of school meals. The research covers a total of 13 respondents. The inclusion of school meals constitutes a strategy, a tool to support the cognitive and physical performance of socially vulnerable students. The research suggests agreements between the administration and private entities as a source of financing for the PME.

Keywords: strategies; inclusion; school meals; cognitive needs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Associação dos Psicólogos Americanos

AEPI – Alunos da Escola Primária Inquerida

CRA – Constituição da República de Angola

DG – Director Geral

DP – Director Pedagógico

DP – Decreto Presidencial

FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

ILSNA – Illinois School Nutrition Association (Associação de Nutrição Escolar de Illinois)

MASFAMU – Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MED – Ministério da Educação

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Programa Alimentar Mundial

PEPI – Professor da Escola Primária Inquirida

PME – Programa de Merenda Escolar

PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

RME – Regulamento de Merenda Escolar

UK – United Kingdom (Reino Unido)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
1.1. Definições de termos e conceitos	5
1.2. Merenda escolar: contexto histórico	8
1.2.1. Contexto histórico da merenda escolar na Alemanha	9
1.2.2. Contexto histórico da merenda escolar no reino unido	11
1.2.3. Contexto histórico da merenda escolar nos EUA	13
1.2.4. Contexto histórico da merenda escolar na França	16
1.2.5. Contexto histórico da merenda escolar em Angola	17
1.3. Agricultura familiar e merenda escolar	20
1.4. Relação entre alimentação, nutrição e educação	22
CAPÍTULO II. METODOLOGIA DE PESQUISA	24
2.1. Tipo de pesquisa	24
2.2. Modelo de abordagem	24
2.3. Níveis de estruturação de métodos	25
2.4. Técnicas de recolha de dados	26
2.5. Instrumentos e procedimentos	27
2.6. População e amostra	28
CAPÍTULO III. RESULTADOS ESPERADOS	30
3.1. Apresentação e interpretação dos resultados	31
3.1.1 Questões éticas da pesquisa	32
3.1.2. Caracterização da escola	32
3.1.3. Observação	33
3.1.3.1. Notas de observação	34
3.1.4. Inquérito por formulário para Direcção da Escola Primária 115	37
3.1.5. Inquérito por formulário para alunos	37
3.1.5. Inquérito por formulário para professores da Escola Primária 115	40
3.2. Discussão dos resultados	41
3.2.1. Atitudes alimentares	43
3.2.1.1. Preferências alimentar dos alunos	45
3.2.2. Alimentos de produção local com potencialidades para merenda escolar	47

3.2.3. Importância da merenda escolar.....	47
3.2.4. Inclusão da merenda escolar como estratégias personalizadas para atender diferentes necessidades cognitivas do aluno.....	50
3.2.4.1. Factores que dificultam a inclusão da merenda na escola primária n.115. 5 de maio.....	53
CONCLUSÃO.....	55
SUGESTÕES.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
APÊNDICES.....	65
ANEXOS.....	88

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, a nutrição para crianças em idade escolar tem-se tornado objecto cada vez mais de pesquisa entre os estudiosos, visto que, em várias áreas do desempenho escolar, incluindo frequência, comportamento e níveis de desempenho, correlacionam.

Este trabalho visa explorar os principais elementos do programa de merenda escolar e, sobretudo, como a sua inclusão pode atender as diferentes necessidades cognitivas do aluno nesta circunscrição territorial, uma vez que, a infância é um período muito delicado onde a alimentação deve ser saudável e equilibrada para que se possa ter um bom desenvolvimento físico e intelectual.

A presente pesquisa, traz como o objecto de abordagem “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária n.º 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

O programa de alimentação escolar é um projecto que formalmente foi implementado no Sistema de Educação e Ensino em Angola, aos 24 de Setembro 2013, cujo objectivo, de forma geral, é de um lado permitir que crianças em situações vulneráveis de acesso à alimentação adequada, vêm-se capazes de cumprir as suas responsabilidades escolar em condições nutricionais adequadas, e do outro, garantindo o seu bem-estar, crescimento e desenvolvimento, tal como descreve o preâmbulo do Decreto Presidencial n.º 138/13.

O compromisso de trabalharmos com a temática, surge na importância de se compreender, se a estratégia de inclusão da merenda escolar pode realmente favorecer o desenvolvimento intelectual dos alunos no município do Ambriz, concretamente na Escola n.º 115. Desta, surge como fio condutor da nossa pesquisa, a seguinte pergunta:

Que estratégias personalizadas para inclusão de merenda escolar podem atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária n.º 115, no município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024?

- **Hipóteses**

De acordo Gil (2002, p.32), hipóteses são soluções possíveis ou expressões verbais susceptíveis de serem declaradas verdadeiras ou falsas. Para o problema acima levantado, elaboraram-se as seguintes hipóteses:

Hipóteses I. Implementação de programas de nutrição diferenciada;

Hipóteses II. A merenda escolar como ferramenta de apoio ao desempenho de alunos em situação de vulnerabilidade social;

Hipóteses III. Criação de horário flexível de merenda.

- **Objectivo de estudo**

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo:

Objectivo geral

Conhecer as estratégias personalizadas de inclusão da merenda escolar que atendem as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária 115, do município do Ambriz 2023-2024.

Objectivos específicos

Descrever sobre estratégias personalizadas para a inclusão da merenda na Escola Primária 115;

Identificar os alimentos de produção local com potencialidade para merenda escolar;

Estabelecer relação entre nutrição, alimentação e educação;

Caracterizar preferências alimentares dos alunos;

Identificar factores que dificultam a inclusão da merenda escolar;

- **Delimitação e limitação**

a) Delimitação

Quanto ao espaço e tempo que ocorrerá a nossa pesquisa, prevê-se de Setembro à Outubro de 2024, na Escola Primária n° 115 no município do Ambriz-Bengo.

b) Limitação

A presente pesquisa limitar-se-á a membros da direcção municipal da educação do Ambriz, da Escola Primária, os seus professores, bem como aos encarregados de educação e alunos da Escola n.º115.

- **Justificativa**

Escolheu-se este tema, devido à importância que a mesma tem para a cultura alimentar nutritivo e a sua contribuição no melhoramento do sistema educativo, uma vez que a inclusão da merenda escolar através das suas estratégias personalizadas no sistema de ensino, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do sistema cognitivo dos alunos.

A segurança alimentar é uma das agendas do Executivo em união com o FAO, em Angola, não podemos falar em segurança alimentar se o processo de educação e ensino for deixado de lado, por ser este, o caminho mais viável para ensinar a partir de tenra idade sobre hábitos alimentares saudáveis. Portanto entendemos ser urgente compreender esse processo à nível da escola perpassando pela da merenda escolar.

Outro aspecto não menos importante, foi por meio de evidências, muitas vezes, observamos o distanciamento entre o programa de merenda escolar e as escolas primárias. Ou seja, a falta de aplicabilidade da merenda escolar em muitas escolas do ensino primário no nosso país, em especial no município do Ambriz, província do Bengo.

Esta pesquisa, vem de certa forma contribuir com estratégias que podem ser implementados à nível das escolas primárias que ainda não estão cobertas com verbas orçamentais de apoio à merenda escolar.

- **Estrutura do trabalho**

A presente pesquisa, estrutura-se em três capítulos, seguidos de conclusões, sugestões e referências bibliográficas.

No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, subdividida em 6 temas que destacam em síntese dos principais momentos históricos que contribuíram na criação da merenda escolar; no capítulo II reserva-se a metodologias concebidas que delinearam a presente pesquisa; já no capítulo III surge à discussão e resultados e a sua contextualização na literatura existente, seguindo-se de conclusão que sumariza objectivamente os principais tópicos da pesquisa; sugestão e referências bibliográficas que lista todas as fontes citadas na pesquisa.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente secção, visa apresentar um conjunto de teorias essenciais que se inter-relacionam e ajudam na compreensão da problemática estudo.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p.239), todo projeto de pesquisa deve conter premissas ou pressupostos teóricos sobre os quais o pesquisador (o coordenador e os principais elementos de sua equipe) fundamentará sua interpretação.

De acordo a supracitação, o referencial teórico apresenta-se como fundamental, por trazer variados argumentos já existentes que se familiarizam com a pesquisa, aumentando assim a sua confiabilidade.

1.1. Definição de termos e conceitos

Antes de expormos a definição de termos e conceitos é importante entender que, apresentá-los de forma detalhada constitui-se num aspecto fundamental para se garantir a clareza, precisão e compreensão do estudo. Nesta perspectiva, apresenta-se de forma alfabética a definição de termos e conceitos.

1.1.1. Estratégia

Segundo Júnior (2017, p.17), refere-se aos planos de um gestor em alcançar os resultados almejados em consonância com a missão e os objetivos gerais da organização. Para Ansoff et al. (1993, p. 74) *id* Júnior, afirma que a estratégia demonstra as diversas formas de orientar e gerir uma organização, existindo a possibilidade de estar ligada às táticas e decisões que almejam aprimorar a utilização dos recursos disponíveis, aumentando a competitividade, garantindo que os desafios propostos sejam alcançados.

Desta, a estratégia entende-se como conjunto de técnicas, métodos e decisões que possibilitam aperfeiçoar o uso dos recursos disponíveis, com a finalidade de alcançar os resultados ideais planejados ou pré-estabelecidos de uma instituição.

Para Carrieri et. al. (2012) citados por Serra (2015, p.84), estratégia é o processo resultante das relações entre os actores envolvidos, emergindo, portanto das socializações, percepções e representações em torno do contexto de cada um dos sujeitos actores que compõem o quotidiano das organizações.

Sinteticamente, à luz da citação, a estratégia é o decurso ou caminho a perseguir resultante da contribuição ou parecer de especialistas de várias áreas académicas e departamentais pertencentes a uma instituição.

De acordo com Bandeira (2006, pp.14-15), a estratégia está relacionada à arte de utilizar, adequadamente, os recursos físicos, financeiros e humanos, tendo em vista a minimização dos problemas e a maximização das oportunidades. A mesma autora, explica também que a finalidade das estratégias é estabelecer quais serão os caminhos, os cursos, os programas de ação que devem ser seguidos para serem alcançados os objetivos e desafios estabelecidos.

Conforme já mencionado, ela não é nada mais, senão um estudo de planificação, métodos, meios disponíveis a usar para se alcançar um conjunto de grandes propósitos, tendo como base a análise FOFA, cuja finalidade é detectar pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades de uma instituição, com o objectivo de torná-la mais eficiente.

1.1.2. Inclusão

De acordo com Mantoan (2003, pp.16-17) a inclusão, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular desde o começo da vida escolar. Ou seja, é um desafio cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.

Para esta autora, a inclusão no processo de ensino-aprendizagem consiste na actuação que refletem a capacidade da escola em vencer barreiras vividas pelos alunos, conviver na diferença, na variedade, tornar o aluno mais activo através da promoção das suas consciências desde o primeiro dia da vida escolar, sem discriminar ninguém.

Segundo Ainscow, (2016) citado por Ndala (2019, p.25), a inclusão na educação, representa o processo que visa à eliminação da exclusão social, promovendo o envolvimento de todos os alunos independentemente da sua raça, das suas capacidades e incapacidades, origem social, ou da sua religião, e tem como finalidade a aprendizagem.

A citação acima descrita clarifica que, a inclusão na educação corresponde a um impulso no aluno, mobilizando a sua mente de forma a activar a dimensão motora, afectiva e cognitiva da personalidade. O aluno ao sentir-se incluído no

processo educativo, ganha um impulso natural valioso para a assimilação de informações e experiências.

Segundo Portal Dia a Dia Educacao, entende a inclusão como a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem excepção. A educação é para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Ora, segundo este portal, na educação não deve haver espaços para actos discriminatórios, racistas e muito menos de inferioridade. Ou seja, na educação o aluno precisa aprender sem a necessidade de ridicularizar e humilhar àqueles que apresentam características físicas, económicas, comportamentais ou cognitivas diferentes das suas. Todos devem ter as mesmas oportunidades e serem tratados de forma igual.

1.1.3. Merenda escolar

Segundo Muvuma (2021), apud Tchango (2023, p.12) define como refeição que as crianças têm dentro das escolas, especialmente durante os intervalos das aulas.

Ou seja, à luz da citação, o autor não define se a merenda escolar são alimentos ricos em nutrição preparados na própria instituição, ou noutra, enquanto a escola apenas oferece o espaço para que os alunos comam os alimentos trazidos em suas próprias merendeiras durante o período que corresponde o recreio.

De acordo o Decreto Presidencial n.º138/ 13 de 24 de Setembro (2013), no seu art. n.º 2, *alínea b*, define a merenda escolar é um suplemento alimentar e nutricional distribuído gratuitamente à todos os alunos das escolas do ensino primário públicas e privadas em regime de comparticipação, durante as actividades curriculares e extra-curriculares.

À luz deste decreto, como suplemento alimentar nutritivo muito importante para o sistema cognitivo, constitui-se no direito dos alunos usufruir destas, cabendo às escolas criar metodologias ou para distribui-las à todos sem excepção, durante as actividades curriculares ou extra-curriculares. Vale lembrar que a merenda escolar não se aplica aos estudantes de subsistema de adulto.

Conforme o PNDE 2017–2030 (2016, p.63), a merenda escolar é um suplemento alimentar e nutricional que deveria ser distribuído a todos os alunos nas escolas do ensino primário durante as actividades curriculares e extra-escolares.

É nos alimentos que se encontram os nutrientes que favorecem o bom funcionamento do organismo. Porém, infelizmente a merenda escolar, a sua distribuição não está a ser implementada à todas escolas públicas e comparticipadas do ensino primário, por falta de propostas formuladas, concreta e controle da Direcção Nacional de Acção Social Escolar enquanto o serviço do MED com a competência atribuída.

1.1.4. Necessidade cognitiva

De acordo com o dicionário de psicologia da APA “American Psychological Association” (p. 637) citado por Almeida (2011, p.1) o termo necessidade é descrito, como: “condição de tensão num organismo resultante da privação de algo necessário para a sobrevivência, o bem-estar ou satisfação pessoal; substância, estado ou qualquer outra coisa (e.g. comida, água, segurança) cuja ausência gera essa condição”.

A mesma autora enuncia que a fonte faz ainda a distinção entre necessidades fisiológicas e necessidades psicológicas, vindo estas definidas como “qualquer necessidade que seja essencial para a saúde mental ou que de outro modo não seja uma necessidade biológica. Ela pode ser gerada internamente ou pode ser gerada por interacções entre o indivíduo e o ambiente”.

Ora, a interpretação que se faz, é que necessidade cognitiva é toda e qualquer lacuna mental, resultante da privação de algo vital para o desenvolvimento intelectual do aluno, a sua percepção ou o raciocínio. A manifestação dos diversos factores que influenciam esta condição de tensão no organismo, pode gerar a desnutrição, fraca assimilação, distração e não interpretação do conteúdo com a realidade.

Segundo o Dicionário Online Significado, cognitivo é uma expressão que está relacionada com o processo de aquisição de conhecimento. Portanto, entende-se que ela está associada à psicologia cognitiva, que para Sternberg (2008, p.19), é o estudo de como as pessoas percebem, aprendem, lembram-se de algo e pensam sobre as informações.

Todavia, a cognição como um acto relacionado na forma como as pessoas aprendem, lembram, armazenam ou pensam sobre as informações, está ligado à diversos factores que condicionam o exercício correcto do raciocínio, linguagem e o desenvolvimento intelectual.

Portanto, Shukla (2023), define a necessidade cognitiva como uma tendência de personalidade que descreve o quanto as pessoas se envolvem e amam se envolver em atividades cognitivas esforçadas, como pensar. Se alguém ama pensar, analisar, jogar jogos mentalmente desafiadores, debater ou se envolver em qualquer atividade intelectual, ele tem alto nível de necessidade de traço cognitivo.

Idem, acrescenta que as actividades cognitivas são actividades que especificamente impulsionam a necessidade de usar atenção, percepção, resolução de problemas e metacognição (pensar sobre o pensamento) em um contexto, como jogos, problemas cotidianos, busca de conhecimento ou qualquer nicho de interesse especial.

Assim, as necessidades cognitivas traduzem-se num conjunto de carências baseadas em conhecimento, entendimento, curiosidade, exploração, previsibilidade, criatividade, descoberta e significado.

1.2. MERENDA ESCOLAR: CONTEXTO HISTÓRICO

Esta secção tem como objectivo abordar sobre acontecimentos que impactaram no surgimento da merenda escolar no mundo e consequentemente em Angola.

Actualmente, vários países no mundo têm adoptado programas de políticas públicas em volta do processo de ensino-aprendizagem, sendo que, a inclusão da merenda escolar no sistema de educação e ensino constitui-se numa dessas políticas.

A inclusão de merenda escolar no processo sistema de ensino e educação não é algo recente, pois, remonta há vários anos, em contextos e em países diferentes. Entretanto, a nossa pesquisa traz em destaque alguns países pioneiros e que de certa forma influenciaram outros Estados e governos a adoptar um “programa de merenda escolar”, enquanto política pública voltada no sector educacional como algo urgente, por estar em causa a segurança e a saúde pública nacional.

Ao longo dos anos, a merenda escolar tem sido uma causa de reivindicações constantes das instituições voltadas ao direito da pessoa humana, sociedade civil e até políticos. Factor este, que o programa tem sofrido alterações nas suas linhas orientadoras face às novas realidades surgidas em cada país.

1.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR NA ALEMANHA

Segundo Edelstein e Veith (2017) até o século XVII, na Alemanha, a escola era apenas para uma minoria privilegiada e que, posteriormente, por meio de reformas foi introduzida a escolaridade obrigatória em todo território.

O fundamento de que, só a elite tinha o privilégio de ir à escola se baseava naquilo que a elite acreditava ser a ordem natural da existência de servidos e servidores, ou seja, os pobres devem trabalhar para a classe rica. Enquanto que as crianças pobres aprendiam apenas dentro do seu meio familiar ou social.

Ainda, para Edelstein e Veith (2017), no início do século XIX, convulsões sociais e políticas colocaram as escolas no foco do estado. Inicialmente, ele estabeleceu um sistema escolar de dois níveis, com escolas primárias simples para as massas e escolas secundárias para uma pequena elite.

Esse sistema escolar de dois níveis permaneceu imutável durante muito tempo. De um lado, as escolas primárias simples para as massas ministravam apenas o ensinamento básico da leitura e escrita, e do outro, além da leitura, escrita, cálculos, ministravam ofícios para a elite, pelo facto de que a continuação da tradição familiar devia ser garantida. Alguns desses ofícios seriam a gerência e empreendedorismo, diplomacia, medicina, advocacia, política e economia etc.

É importante esclarecer que, mesmo com as reformas introduzidas e política de escolaridade obrigatória, a maioria da população alemã era pobre e muitos só mantinham uma única refeição por dia. Portanto, a Alemanha atravessava grave crise em toda sua esfera social e, com a educação, viu-se uma oportunidade para combater a exclusão social. Com a implementação do acesso à escolaridade obrigatória para todas as crianças, as famílias desprivilegiadas estariam diante de uma oportunidade de seus filhos aprender a ler, a escrever e calcular, pese embora tivessem de estudar até aos sábados.

De acordo Demas (2023), as raízes do movimento de merenda escolar remontam a um programa iniciado na Europa, isto é, na Alemanha em 1790 por Benjamin Thompson, também conhecido como Conde Rumford, onde abriu cozinhas

populares para alimentar trabalhadores, desempregados e mais tarde, milhares de crianças subnutridas em idade escolar.

Com a introdução da escolaridade obrigatória em meio a crise que assolava toda Alemanha, desvalorizou-se a importância de que muitas famílias não tinham condições e que as crianças encontravam-se em estado de desnutrição.

Ainda, no intuito de estreitar as desigualdades, fortalecer o poder militar e formar soldados e operários mais capacitados para as funções designadas, surge Rumford com as reformas sociais em educação, recuperação e uso das terras, saneamento, habitação, hospitais e cuidados com os pobres etc., em 1790, além de criar as chamadas cozinhas comunitárias por perceber que boa parte da população alemã era mendiga, também formulou um programa que concedia obrigatoriamente um pedaço de terra para os soldados cultivarem colheitas para alimentar os pobres, e os pobres ajudassem a manter as hortas em troca de comida gratuita. (Demas, 2023).

De acordo Wehler (2008, 473) apud Edelstein e Veith (2017) expõe que: Mudanças decisivas na política escolar no século XIX vieram principalmente da Prússia. Sob a impressão das pesadas perdas territoriais após as derrotas contra as tropas napoleônicas em Jena e Auerstedt (1806), o rei prussiano Frederico Guilherme III. o lema de reunir a força intelectual do povo para um novo começo nacional por meio da melhoria da educação escolar. “O Estado”, de acordo com o apelo real, deve “substituir com poderes intelectuais o que perdeu em poderes físicos”.

Ou seja, foi graças as derrotas militares e perdas de território que foi introduzido a reforma política com base na abolição da servidão, onde os pobres abandonariam o papel social que lhes caracterizava, para um papel mais activo no quadro social.

Ora, a universalidade da merenda escolar surge do projecto de Rumford “cozinhas populares”, ou seja, esse experimento dá embasamento a imensa amplitude das reformas neo-humanistas surgidas na Alemanha que garantem o título de pioneira das refeições escolares por influenciar o surgimento deste movimento perpetuando o seu resultado no mundo todo.

O modelo de educação universal não fazia sentido numa sociedade seduzida pela fome, concomitantemente desnutrida. Como tal, foi elaborado gradualmente e

de forma insistente modelos de estrutura conectado à energia que revolucionara a cozinha comunitária

Para blog Munichkindl (s.d.), esse modelo de estrutura elaborado por Rumford, cujo objectivo é apresentar soluções às dificuldades encontradas para confeioar grandes quantidades de produtos ao meio dia para atender um número incalculável de crianças, foi o fogão de cozinha economizador de energia que mais tarde expandiu-se em toda europa para alimentar os pobres.

Rumford aproveitou as potencialidades negligenciada das terras de Munique e transformá-las em grandes fazenda que posteriormente viriam a sustentar crianças em idade escolar mas que se encontravam em absoluta desnutrição.

Com a redução dos privilégios e desvantagens com base na origem, surgiu o Estado fundado na participação de todos, onde as posições sociais foram abertas à indivíduos que mostravam talentos, habilidades e capacidades individuais que contribuíssem no desenvolvimento social, sendo desta forma que os Estados adoptaram a política de cantinas escolares que forneciam refeições às crianças necessitadas.

1.2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR NO REINO UNIDO

A merenda como programa de refeição escolar, teve início no século XIX por uma iniciativa não atribuída governo. Ela está associada à instituições de caridade e grupos locais que preocupavam-se com excessivos números de desnutrição que se verificavam nas crianças. Com manifestações embasadas em estudos científicos, essas associações chamavam a atenção do papel do Estado em intervir por meio políticas públicas educacionais adequadas com similaridade entre saúde e rendimento escolar, culminando posteriormente em legislações importantes como a Lei de Educação (Provisão de Refeições) do Reino Unido de 1906 (School Meals Coalition, 2024).

De acordo Traka e Zhang (2023), o governo britânico torna o acesso à escola obrigatório para crianças de 5 anos aos 13 anos a partir de 1872. conforme as autoras, colocar as crianças pequenas na escola não era fácil em zonas urbanas e rurais desfavorecidas, onde as famílias precisavam de rendimento extra proveniente dos trabalhos que os seus filhos faziam.

Tal como na Alemanha, ao tornar obrigatório o acesso à escolas de crianças de 5 anos até aos 13, o governo não criou condições que permitissem com que,

crianças vinda de famílias de rendimento baixo permanecessem na escola e assimilassem em condições minimamente equiparadas com crianças provenientes de famílias com rendimento médio, já que, boa parte dessas crianças de rendimentos desfavorecidos encontravam-se fora do sistema de educação e ensino.

A preocupação do governo britânico em torno da saúde escolar, deve ao facto de que, apenas dois em cada cinco jovens que tentavam se alistar ao exército eram admitidos, enquanto que os demais eram reprovados por consequência da má nutrição, isto é, em 1902 durante a Guerra dos Bôeres. Este factor chamou atenção de que, uma educação gratuita era inútil se a criança não tivesse força física para recebê-la (Demas, 2023).

Ao prevalecer o entendimento de que as escolas estão na linha de frente na resposta à pobreza, em 1944 foi criada a Política Nacional de Alimentação Escolar que exigia por lei que todas as escolas devessem fornecer alimentação escolar nutritiva e equilibrada (Traka e Zhang, 2023).

Segundo Demas (2023), o Parlamento Britânico recomendou que os almoços fossem apoiados com fundos privados e que o dinheiro público fosse usado apenas quando as doações fossem insuficientes. Em 1906, o Provision of Meals Act foi aprovado, transferindo a responsabilidade da alimentação escolar de instituições de caridade para autoridades educacionais.

O Reino Unido embora um Estado de conservação da monarquia centralizada, o parlamento enquanto poder legislativo tem um peso maior na vida política por expressar a vontade da maioria. Foi nesse sentido que, após várias secções de discussões e votos parlamentares sobre o diploma que regulasse o processo de merenda escolar, o governo absteve-se da responsabilidade de fornecimento da merenda escolar e conceder essa tarefa ao livre mercado. Quando fala-se de livre mercado, entende-se de pessoas colectivas de direito privado (associações e fundações, as empresas, os partidos políticos, organizações religiosas etc.) que apoiavam as autoridades educacionais com os seus fundos no âmbito das suas responsabilidades sociais e consequentemente, muitas dessas instituições privadas com fins ou sem fins lucrativos beneficiavam de um favorecimento tributário.

A preocupação do governo britânico pela nutrição das crianças em idades escolares antevêm 1940 e sofre ruptura durante a Segunda Guerra Mundial. As

escolas foram atingidas por novas políticas de racionamento devido a escassez de alimentos em todo UK. Consequentemente, a inflação fez o custo de bens alimentares disparar, as escolas também foram afectadas, resultando na reestruturação da refeição escolar para os alunos. Como resultado, as refeições escolares eram frequentemente limitadas a ingredientes básicos e de baixo custos como vegetais, ervilhas e batatas, arroz doce ou mesmo bolinho de Spam em substituição da carne e outros produtos (Traka e Zhang, 2023).

É importante entender que a exigência por lei, surge em função das autonomias que as escolas tinham de decidir se forneceriam ou não refeições e elas eram apenas para crianças que mostravam evidências de desnutrição real, isto no século XIX.

A partir desta lei, novos alimentos começaram a ser introduzidas estando a acesso das famílias produtos que outrora não tinham economias suficientes para adquirir devido a fragilidade da economia que estava totalmente virado à guerra. Foi introduzido o ensopado de carne com vegetais e batatas, pudim de queijo, além de água foi também introduzido o sumo na hora do almoço (Traka e Zhang, 2023) etc. Assim se fez, uma tentativa de poder reduzir o excedente agrícola sob qual a população não tinha acesso.

1.2.3. CONTEXTO HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR NOS EUA

Segundo Stefanini (1998, p.27), o movimento pela merenda escolar teve início em Nova Iorque, precisamente no ano de 1908 como um esforço para suplementar dietas de crianças subnutridas.

O movimento merenda escolar é uma consequência de esforços combinados entre organizações de caridades, cujo objectivo era combater e prevenir as condições de saúde da massa populacional que eram particularmente instáveis resultando na alta proporção da população que necessitavam de suplementos enquanto um fenómeno social generalizado nos Estados Unidos.

Tal como na Europa, os EUA ao tornar acesso à escolaridade obrigatória, trouxe a imagem da criança faminta para a arena pública. Muitas dessas crianças pouco ou nada assimilavam devido a debilidade de saúde que apresentavam. Com isso, em 1853, a Children's Aid Society of New York City abriu uma escola industrial onde promoviam a frequência e permanência dos alunos por meio de uma refeição gratuita ao meio-dia (Demas, 2023).

É importante esclarecer que, as refeições oferecidas por organizações de caridade eram inadequadas porque desobedeciam padrões nutricionais exigidos para o crescimento saudável de uma criança em desenvolvimento.

Outra reflexão feita em torno é que, essas organizações de caridade não possuíam apoios externos, sustentavam as suas actividades com fundos próprios, levando à limitação no melhoramento de produtos servidos durante as refeições.

A preocupação do Governo Federal Estado – Unidense em volta da saúde dos estudantes, antecede a 1930, por ser o período que a merenda escolar se instalou. Por volta de 1870 começa a inspecção médica escolar de forma não permanente, consubstanciando-se em 1894. Este interesse foi resultado das organizações sociais preocupadas com o estado social e sanitário das comunidades. No entanto, não houve iniciativas concretas de intervenção federal nesse momento sobre a implementação da merenda escolar (Martins, p. 1985, apud Stefanini 1998, p.27).

O enfoque de algumas organizações pioneiras a chamar responsabilidade do Estado quanto ao sistema de educação, direccionavam inicialmente seus objectivos em volta da saúde nas comunidades. Essas organizações entenderam que alguns aspectos ligados a saúde comprometiam as unidades de saúde (causa e efeito), pelo que, criaram algumas metodologias voltadas na descobertas de factores subjacentes ao problema.

Conforme Rosen (1994) citado por Stefanini afirma que, algumas preocupações levantadas por estudiosos eram as altas taxas de mortalidade infantil e sabiam, que isto era consequência da desnutrição, ignorância dos pais e outros factores ligados à pobreza. Portanto, ao entenderem que o problema devia ser atacado na raíz, criaram um conjunto de soluções, desde legislação de trabalho com benefícios para gestantes à estímulos de aleitamento (1998, p.26).

Para a autora, foram soluções prontamente abraçadas pelo Estado Federal por razões de ordem políticas, económica e até humanitária.

Porém, durante década de 1930 muitas políticas eram testadas no sentido de suplementar as crianças subnutridas, sendo que as sociedades agrícolas aproveitavam o excesso de alimentos produzidos, armazenados e sem mercados de exportação para comercializar devido a crise da Grande Depressão, para apoiar as iniciativas de associações que debatiam-se com a saúde nas comunidades.

Segundo Shain (2024), o impulso para programa de merenda escolar nos Estados Unidos surgiu durante a Grande Depressão, quando as crianças passavam fome e os agricultores tinham excedente para vender.

No entender de Demas (2023), a Grande Depressão é um período na história dos Estados Unidos em que milhões de americanos foram afetados pelo desemprego, isto fez com que a subnutrição e a fome se tornassem uma séria ameaça à nação.

A Grande Depressão foi uma crise financeira que desencadeou um período de problemas sociais e humanitário. A crise foi um contra-senso da super produção, o aumento da produtividade precisava ser acompanhado com melhor distribuição dos ganhos dessa produtividades que infelizmente não ocorreu.

Pells e Romer (2024) referem que a causa fundamental desta crise nos Estados Unidos foi o declínio dos gastos (às vezes chamado de demanda agregada), o que levou a um declínio na produção, pois os fabricantes e comerciantes notaram um aumento não intencional nos estoques. A década de 1920 foi uma década próspera.

Ou seja, a causa principal da Grande Depressão foi o investimento imprevisível de quantidade de bens e serviços durante um determinado tempo. Mas que as expectativas de negócios foram não foram materializadas.

É importante esclarecer, que após a Primeira Guerra Mundial os EUA tornou-se no maior centro financeiro internacional, onde vários países em diferentes continentes tornaram-se dependentes, quer seja comercialmente ou financeiramente. Apesar do impulso das exportações norte-americanas, a Europa vivia grande crise, com a paulatina recuperação da sua economia, uma grande parte da produção norte-americana que se voltara para o abastecimento europeu, passou a acumular crescente excedente com dificuldade para exportar produtos à Europa, situação especialmente grave para a produção agrícola (Ribeiro 2018, pp.194-195).

Outro aspecto não menos importante, ainda embasado na ideia do autor ante mencionado é que, antes da Primeira Guerra Mundial, a economia dos EUA já era a maior do mundo. Com os conflitos, esse diferencial ficou ainda mais alargado. Diversos países europeus ficaram devastados com a guerra onde as suas cidades, fábricas e plantações foram totalmente destruídas enquanto o território norte-americano ficou isolado do conflito.

De acordo a Illinois Shcool Nutrition Association (2020), a primeira lei Estado-Unidense de Merenda Escolar foi assinado em 4 de Junho de 1946 pelo presidente Harry Truman.

Para ILSNA, a legislação surgiu em resposta às alegações de que muitos homens americanos tinham sido rejeitados para serviço militar na Segunda Guerra devido a problemas de saúde relacionados com a alimentação, daí que, o programa foi estabelecido como uma medida de segurança nacional, para salvaguardar a saúde e o bem-estar das crianças e encorajar o consumo interno de produtos agrícolas nutritivos.

1.2.4. CONTEXTO HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR NA FRANÇA

A história sobre a merenda escolar na França remonta a várias décadas. As primeiras iniciativas remontam ao final do século XIX, pese embora ainda não haver uma devida estrutura legal que embasasse as iniciativas escolares em conceder alimentos em crianças desfavorecidas. Apensar do início difícil, nos anos 1800 foi um período em que as bases para a evolução alimentar escolar na França se lançou.

Segundo Claudel (2022), As primeiras cantinas eram militares, e foram implementadass durante o Segundo Império, enquanto medidas sociais eram introduzidas para corrigir a miséria das famílias mais pobres, certas escolas acolhiam os pobres.

Antes da criação da primeira cantina escolar, as cantinas que existiam pertenciam a Defesa e servia para sustentar os militares durante as batalhas. Com a economia virada para guerra e população enfraquecida socialmente pela pobreza, houve uma rotura política, trazendo o surgimento do Segundo Império onde foram adoptadas medidas sociais que corrigissem rapidamente o estado mísero da população francesa por questão de segurança do próprio império.

De acordo Bryant (1907:15), apud Demas (2023), as tentativas foram feitas inicialmente por indivíduos e instituições de caridade, mas o governo conseguiu assumir a tarefa. A partir de 1849, o governo francês concordou em usar os fundos excedentes da Guarda Nacional para beneficiar a comunidade.

Embora que as iniciativas da implementação da refeição escolar tenham partido de organizações solidárias para meninos desfavorecidos e muitos deles órfãos por culpa da guerra, não pode se desconsiderar que os governos locais não

tenham jogado um papel importante no apoio às iniciativas.

Conforme Claudel (2022), antes de 1849, a primeira refeição colectiva foi a 1 de Janeiro de 1844 numa “sala de asilo e hospitalidade” criada para acolher crianças carenciadas dos subúrbios operários da capital, abandonadas nas ruas dando início a primeira cantina escolar nasceu em Lannion, em Côtes-d’Armor, por iniciativa do notário e prefeito da comuna Émile Depasse.

Com o surgimento da terceira república e com pequenos apoios dos governos locais às instituições de caridades, não se tinha promulgado ainda nenhuma lei que obrigasse um refeitório ou cozinha escolar que confeçoasse as refeições para os alunos em cada escola.

Ainda no entendimento de Claudel (2022), foi somente em 1936, com a chegada ao poder de Léon Blum e da Frente Popular, que a construção de um refeitório em cada escola se tornou obrigatória, principalmente após a elaboração de um relatório histórico sobre "a questão da alimentação no Ministério da Alimentação Nacional".

As associações de caridade deixaram de fornecer alimentos às crianças, passando essas responsabilidades ao Estado. A negligência pela saúde da população geral em França causou uma ruína em toda sua esfera social, política e a desnutrição trouxe outras enfermidades, com o surgimento bacteriologista Leon Camette a descobrir a vacina BCG que protege contra formas graves de tuberculose, uma doença que afecta não somente os pulmões, mas também os ossos, fígados e rins (Claudel, 2022) etc.

Os estudos indicam que uma alimentação saudável é um forte aliado à prevenção da tuberculose. Portanto, foi neste sentido que se tornaram obrigatórias a implementação da cantina em cada recinto escolar e confeçoassem alimentos que garantissem o desenvolvimento saudável das crianças em idade escolar.

1.2.5. CONTEXTO HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR EM ANGOLA

Dentro do contexto angolano, a política de merenda escolar nem sempre esteve presente no sistema educativo. Esta política, formalmente existe há pelo menos 12 anos. Entretanto, é importante referir que, a implementação da alimentação escolar em Angola, foi fruto de uma realidade de bastante desnutrição entre os alunos nas unidades escolares. Contudo, por défice de recursos financeiros, este programa ganhou foco com a intervenção do PAM, onde o país

recebeu apoios em leite em pó, alimentos enlatados, farinha de pó etc., para suprir necessidades nutritivas de crianças desfavorecidas.

O PAM é uma agência humanitária associada à ONU de combate à fome. Fruto de desacordo entre os três principais movimentos de libertação de Angola, isto é, a partir de 1975, o país mergulhou numa intensa guerra civil que culminou na morte, deslocação e minagens de campos agrícolas de famílias rurais fazendo-as abandonar as suas aldeias em busca de refúgios em lugares que assim consideravam seguros.

Entretanto, com campos agrícolas minados, margens dos rios ocupadas por forças de combates, criou-se um cenário propício que viria a resultar em fome nas famílias angolanas e consequente a desnutrição de milhares de crianças devido conflito armado que, quase durou três décadas.

O PAM constituiu-se num aliado importante por ajudar o governo a concentrar a sua atenção no apoio às populações vítimas do conflito e de calamidades naturais, bem como aos grupos específicos de assistência social (Governo de Angola 2009, p.28).

A guerra civil foi um percurso marcado por acontecimentos mais violentos e sangrentos da nossa recente história. É importante entendermos que, antes e durante este período, já havia grupo específicos de pessoas que se encontravam em condições físicas sensíveis (crianças que sofriam de microcefalia, deficiência física, cegueira, órfãos etc.) e que beneficiariam de assistência social depois de cadastrados.

De acordo a Global Child Nutrition Foundation (2023, p.3) o programa de merenda escolar em Angola funciona desde 1999. De 1999 a 2007, o PAM foi responsável pela gestão do programa; de 2008 a 2012, a gestão passou a ser da responsabilidade do MED; e a partir de 2013 a gestão passou para o MASFAMU; a nível local é gerida por administrações municipais, por meio de recursos descentralizado.

É importante salientar que, em Angola, as refeições escolares não surgiram por iniciativas do Governo. Foi consequência de iniciativas do PAM em suplementar crianças em idade escolar mas que encontrava-se subnutrida.

Segundo Samuel (2010, p.148), o MED e o PAM assinaram um protocolo de cooperação em 1990, que previa o estabelecimento de um Programa Piloto de

Nutrição para 1600 crianças, sendo 200 da Escola da Paz no km 9 de Viana e 1400 da Escola Especial da província de Luanda.

É importante esclarecer que, o PAM começou a fornecer refeições escolares em Luanda, pelo facto de que, o prolongado conflito tenha deixado as infra-estruturas em condições degradadas, sem olvidar das ameaças de minas terrestres e estradas intransitáveis.

O programa de merenda escolar que começou a funcionar em 1999, não deve ser confundido com o programa piloto de nutrição.

Segundo Priberam Dicionário Virtual (2025), o programa piloto é um conjunto inicial ou experimental de iniciativas com determinados objectivos.

Ou seja o programa piloto de nutrição é um conjunto de iniciativas experimentais multisectoriais, na qual, a atenção primária à saúde tem o papel de acompanhar o estado nutricional das crianças, bem como promover acções que contribuam no bem-estar de famílias vulneráveis.

Observa que, o critério de diferença é que o programa piloto nutricional de 1990 abarcava família toda (crianças dentro ou fora do sistema de educação e ensino, produtos alimentares que fortalecessem o aleitamento materno e nutrição de criança fora do aleitamento materno, roupas etc.) enquanto, que o programa de merenda escolar determina especificamente os seus beneficiários e o local de concessão da refeição (refeição para alunos do ensino primário e na escola).

Portanto, da guerra surge o programa piloto de nutrição, e paralelamente a este, criou-se o programa de merenda escolar que nacionalmente foi implementado de forma paulatina, começando em Luanda, estendendo-se para Malanje e com a paz alcançada para as demais províncias, como resultado da observação de vulnerabilidade nutricional observado nas crianças vítimas da guerra.

As despesas relacionadas à merenda escolar, era inicialmente da responsabilidade do PAM devido a situação económica crítica enfrentada pelo Governo e que, se agravou com ataque conjugado entre as forças de combate da UNITA e mercenários sul-africanos à Refinaria de Petróleos em Luanda, isto é, em 1992, reduzindo a quantidade de petróleo armazenado, visto que, é a maior fonte de riqueza que sustenta o OGE.

Depois da nacionalização do sistema de educação e ensino, nos termos do artigo 1º da Lei 4/75 de 9 de Dezembro e, com a segunda reforma no sistema de

educação e ensino, isto é, em 2001 por meio da Lei de Bases do Sistema Educativo n.º13/01 de 31 de Dezembro, cuja sua implementação regulada pelo Decreto n.º2/05 de 14 de Janeiro, surge nela a primeira lei (Lei 138/13 de 24 de Setembro) que sustenta a figura universal de merenda escolar no sistema de educação e ensino.

A observação que se faz ao parágrafo anterior é que, à luz do art.66º da Lei de Bases do Sistema Educativo n.º13/01 de 31 de Dezembro, o programa de merenda escolar enquadra-se na figura de serviços sociais escolar. Este programa não foi prontamente implementado porque a reforma do sistema de educação e ensino não se processa automaticamente, mas respeitando procedimentos e prazos conforme Decreto n.º2/05 de 14 de Janeiro.

Pese embora Angola ter alcançado a sua paz em 2002, a universalidade da merenda nas escolas do ensino primário públicas e privadas em regimes de comparticipação, actualmente, é fruto da produção agrícola que pouco tem acompanhado o crescimento populacional, provocando alterações que agravam o quadro da realidade social, onde milhões de famílias continuam a viver em condições lastimáveis e multiplicar-se a cada instante.

Entretanto, novo programa de merenda tem um carácter centralizado. Ou seja, todas as etapas essenciais para o programa funcionar desde a questão de planeamento de cardápios, levantamentos de produtos, questões logísticas, análises do produtos, entrega etc., nos termos dos art.º 10º, 11º, 12º, 13º, e 14º, da Lei 138/13 de 24 de Setembro.

1.3. AGRICULTURA FAMILIAR E MERENDA ESCOLAR

A presente secção visa destacar a contribuição da agricultura familiar no processo educativo, como aspecto fundamental para atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos.

É de lei a inclusão de alimentos produzidos na localidade em que a merenda é atribuída, isto é, nos termos do artigo 6º, no seu nº 2 do DP ° 138/13. Entretanto, nesse sentido, a agricultura familiar joga um papel importante onde os alimentos são produzidos a base de agro-ecologia, substituindo os produtos sustentados com agro-tóxicos.

Estudos têm evidenciado que a produção agro-tóxica altera a composição química da flora, consubstanciando-se ao impacto ambiental e apresentação de riscos à saúde humana.

Entretanto, Siqueira (2006, p.15), ao abordar sobre agro-tóxico e saúde humana, apresentou relação de doenças ligadas a agrotóxicos, dentre as quais podemos destacar o câncer do testículo, câncer da mama, câncer do ovário, as infertilidades, as más formações congénitas e alterações na própria reprodução humana etc.

Ao incluir a agricultura familiar no programa de merenda escolar, estaremos a prevenir a nossa sociedade contra doenças acima referidas e contra a contaminação do solo, poupando bilhões de kwanzas no combate contra doenças provocadas por agro-tóxicos.

Assim, como entende Santos (2021, p.6), a agricultura familiar beneficia os alunos com alimentos de qualidade, produzidos na localidade e essa parceria gera segurança e garantia na comercialização dos produtos da agricultura familiar e contribui para a economia local.

Quando compra-se da agricultura familiar do município em que a escola está inserida, estará se comprando legumes, frutas, tubérculos ou verduras frescas (que são colhidas no Domingo e vendido na Segunda Feira), evitando assim a deterioração dos produtos e economizando despesas de transportes.

Vale ainda destacar, que ao adquirir produtos da agricultura familiar estará a se gerar receitas para as famílias e para que as mesmas mantenham essa agricultura, impedindo a deterioração do solo e gerando também receitas para o Estado.

Ao chamar importância do contributo da agricultura familiar no programa de alimentação escolar, o Estado entendeu ser fulcral porque estaríamos a traçar uma rota de soberania alimentar possibilitando-nos escolher o que queremos produzir e a sua quantidade de modo que venham a suprir-se necessidades nutricionais da nossa base alimentar (Quitari 2015, p.253).

Segundo Carneiro (1999) citado por Back (2021, p.14), a agricultura familiar pode ser entendida como unidade de produção onde o trabalho, a terra e a família estão ligadas entre si, ou seja, sendo os proprietários os mesmos que administram e produzem.

A articulação entre Estado e cooperativas com base na agricultura familiar e merenda escolar, possibilita as cooperativas venderem alimentos sem burocracias aos órgãos públicos do município. Isto faz com que se valorize o produtor, a

qualidade da merenda, e sobretudo é fazê-lo sentir-se seguros da sua produção porque esses produtos vão ter um destino concreto, dando ao produtor um calendário de produção (a quantidade para plantar, hora certa, o que plantar e colher sem perder).

A implementação de produtos nacionais à merenda escolar constitui fundamental porque além dos produtos importados custarem cada vez mais, a realidade gastronómica angolana é menos industrializadas, segura e com nutrição adequada e equilibrada.

1.4. RELAÇÃO ENTRE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO

A construção do capital humano envolve todos os seus aspectos ou factores influentes da educação e também da saúde, visto que, há uma relação de causa e efeito. Uma má nutrição pode gerar impactos no desenvolvimento cognitivo e comprometer a aprendizagem, como tal.

As escolas são cenários oportunos para intervenções alimentares que influenciam directamente na qualidade nutricional dos alunos.

Segundo Macário (2023, p.4), a alimentação escolar de qualidade é um instrumento fundamental para a formação de bons hábitos alimentares e que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças, garantindo assim a adequação das capacidades de ordem física e cognitiva.

É de salientar, que no campo da alimentação, nutrição e educação, existem várias consequências quando o desenvolvimento cognitivo que é o responsável pela aquisição de conhecimento no organismo humano e ser um meio de potencialização interna do próprio indivíduo, não responder a estímulos educativo. Ao não responder a estímulos educativos, a criança deixa de aprender na mesma qualidade. Daí dizer-se, que no processo de atenção, quando ela/atenção é baixa, compromete o processo de percepção. E a qualidade dos formandos vai depender muito da qualidade do processo de ensino-aprendizagem com todos os seus factores influentes.

De acordo De Weerd et. al (2003) citados Sternberg (2008, p.71), a atenção é o meio pelo qual processa-se activamente uma quantidade limitada de informação a partir de enorme quantidade disponível através de nossos sentidos, de nossas memórias armazenadas e de nossos outros processos cognitivos.

Com relação ao exposto, consideramos a atenção como estado mental

enfocado ou concentrado num interesse ou conjunto de informações limitadas corrente por meio de estímulos. Esses estímulos são recebidos por meio dos nossos sentidos e posteriormente direccionados para a memória, cuja função é cognitiva que permite registrar, guardar, executar as tarefas eficientemente ou aprender, resgatar informações ou facultar a interacção entre indivíduos etc. Com isso, queremos chamar atenção que uma boa alimentação para os alunos é um aspecto imprescindível no processo de ensino-aprendizagem.

A percepção comprometida devido a atenção baixa que o aluno vai demonstrando, traz consigo consequências graves para o futuro porque a qualidade dos formados não será a mesma, e a forma como avaliarão um problema ou situação social para resolver, não terá a mesma apreciação lógica e real quando a base não for bem fundamentada.

Uma alimentação saudável faz diferença na vida das crianças. Quando olha-se para a alimentação, olha-se para a saúde, porque a merenda perpassa a questão da fome. É também um processo de educação alimentar em que se ensina desde muito cedo como o aluno deve se alimentar, desde as proteínas a carboidratos que precisam, além da questão da higiene, onde deve saber-se como é tratada a alimentação que será dada à criança, a qualidade da alimentação e em que medida é proveitoso aos alunos.

Por ser fundamental para uma boa educação, a presença do nutricionista no espaço onde é preparado a alimentação, é indispensável, pois, uma alimentação adequada contribui para o aprendizado e rendimento escolar dos alunos.

Na percepção de Mendes (2014, p.16), a nutrição é um fator essencial na manutenção da saúde, cujo processo se dá por meio de refeições balanceadas, pois a partir da boa alimentação é que o indivíduo mantém seu organismo em bom estado de saúde.

Desta forma, realça-se que o desenvolvimento escolar é entendido pelo pressuposto de que os alunos apresentam melhor rendimento escolar quando as suas necessidades nutricionais são satisfeitas ou atendidas através de uma alimentação saudável, com qualidade e quantidade adequada para o aluno.

Nos termos dos artigos 21º, alínea i) em remissão ao art. 79º da CRA, quando fala-se da educação como direito e o direito a educação, fala-se da qualidade que a lei atribui aos indivíduos integrar no processo de ensino-aprendizagem, chamando a

responsabilidade do Estado intervir nesse direito que não limita-se ao acesso à escola, mas também na manutenção e permanência dos alunos no sistema de educação. Deve demandar do próprio Estado um conjunto de mecanismos para garantir que as crianças possam permanecer na escola.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo traz uma abordagem minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta da acção desenvolvida com vista a atingir os objectivos traçados e responder o problema levantado nesta pesquisa.

Segundo Vieira (2010, p.83), a metodologia é a secção onde o pesquisador deverá dizer que tipo de método utilizará, se a pesquisa terá carácter exploratório, descritivo ou explicativo, quais procedimentos de pesquisa serão utilizados, como estudos de caso, pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo e entrevistas, se serão utilizados questionários ou métodos estatísticos.

A metodologia da pesquisa pode ser compreendida como uma ferramenta organizacional do presente estudo, abrindo assim a possibilidade de usar estratégias e instrumentos mais adequados. A metodologia direciona o projecto para dar resposta a problemática levantada.

2.1. Tipo de pesquisa

Segundo (Gil 2017, p.33), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Com isso, vale dizer que, o tipo de pesquisa a realizar é exploratória, de acordo a área do conhecimento e a temática abordada.

2.2. Modelo de abordagem

Quanto ao modelo escolhido, isto é, de acordo o objectivo da pesquisa, ela classifica-se como qualitativa, com o intuito de aprofundar o assunto dentro de uma instituição pública educativa, sendo esta, a Escola Primária nº 115, no município do Ambriz, usando-se de pergunta inicial da presente pesquisa para responder a problemática de estudo.

Para Gerhardt e Silveira (2009, p.31), este tipo de pesquisa quanto à abordagem, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, ou de uma organização etc.

Deste modo, construímos o nosso referencial teórico central recorrendo à pesquisa bibliográfica por meio de leitura de livros, artigos científicos, dicionários, jornais, monografias, dissertações, teses, sites, etc., que a sua abordagem vira-se

destacadamente à merenda escolar.

2.3. Níveis de estruturação de métodos

a) Nível teórico

O nível teórico segundo Lakatos e Marconi (2017, p.240), é a fase de correlacionar os factos levantados empiricamente com o universo teórico, ou seja, é a fase onde o pesquisador fundamentará sua interpretação. Para essas autoras (2017, p.p.123-127), a teoria serve como sistema de conceptualização e de classificação dos fatos, desempenhando um papel ativo na explicação dos fatos.

Quando falamos do nível teórico, fala-se de uma estrutura ampla e abrangente que descreve os princípios, conceitos e teorias subjacentes que orientam a pesquisa. Este nível é frequentemente usado para explicar, prever ou controlar um resultado específico.

Tanto a teoria quanto as observações são componentes essenciais de uma pesquisa científica e confiar apenas em dados obtidos do campo de pesquisa sem fazer inferências e ignorar a teoria não é considerado pesquisa cientificamente válida.

- **Método indutivo**

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 28), o método indutivo parte da observação de fatos ou fenómenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procedemos à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenómenos.

Geralmente, o método indutivo é usado para descrever o raciocínio que envolve o uso de observações específicas para se chegar a um entendimento geral.

- **Hipotético – dedutivo**

Ibidem (2013, p. 31), o método hipotético-dedutivo inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela referida hipótese.

Ou seja, é através deste método que o pesquisador deve deduzir as hipóteses da problemática levantada e posteriormente corroborar ou não conforme o resultado.

- **Método histórico**

No entender Lakatos (1981, p. 32) apud Marina e Lakatos (2017, p.133), o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Este método traduz-se num conjunto de procedimentos usado para compreender estudos confiáveis do passado, por meio de uma análise e avaliação da fonte histórica para se explicar a problemática de estudo com mais credibilidade ou propriedade.

b) Nível empírico / experimental

Tal como é referenciado por Lakatos e Marconi (2017, p.125), uma parte significativa do trabalho científico requer apenas preliminarmente, a simples descrição dos fatos. Ou seja, o nível empírico é a fase de simples descrição dos factos apoiados na observação ou contexto resultante da experiência do pesquisador.

Toda pesquisa opera em dois níveis: um nível teórico e o outro empírico.

Enquanto o nível teórico está preocupado a desenvolver conceitos abstracto sobre a problemática estudada, ou seja, a construir teorias, o nível empírico tem como principal característica a simples apresentação dos resultados.

É importante também frisar, que é nesta fase que se faz ao recurso necessário para verificar as hipóteses que dizem respeito à pesquisa.

c) Nível estatístico / matemático

No entender de Gil (2017, p. 81), para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, é necessário que a amostra seja constituída por um número adequado de elementos. Entretanto, a estatística dispõe de procedimentos que possibilitam estimar esse número. Para tanto, são realizados cálculos diversos.

2.4. Técnicas de recolha de dados

De acordo Michel (2015, p.81) citado por Lakatos e Marconi (2017, p.192), define técnicas de pesquisa, como “instrumentos utilizados para se coletar dados e informações em pesquisa de campo, que devem ser escolhidos e elaborados criteriosamente, visando à análise e explicação de aspectos teóricos estudados”. Todavia, as autoras ainda mencionam algumas técnicas de levantamento de dados, classificando-se em:

Primários: depoimentos, entrevistas, questionários;

Secundários: coletados por meio de análise documental documentos escritos, relatórios, livros, revistas, jornais, sites;

Terciários: citados ou fornecidos por terceiros.

2.5. Instrumentos e procedimentos

Para lakatos e Marconi (2017, p.242), é nesta fase que se indica como a pesquisa será realizada, anexando-se ao projeto os instrumentos referentes às técnicas seleccionadas para a colecta de dados. Desta, temos os seguintes instrumentos e procedimentos:

a) Entrevistas: é o diálogo entre pessoas onde o principal objectivo é extrair declarações e informações que servem como dados de uma pesquisa.

Para que informações a extrair não sejam influenciadas pelos argumentos ou presença de terceiros, a entrevista envolverá apenas duas pessoas que são o entrevistado e o pesquisador enquanto entrevistador num recinto em que envolve a confiança de ambos.

b) Formulário: documento impresso usado para colectar dados relevantes na pesquisa por meio de perguntas devidamente estruturadas. A resposta apresentada pelo inquerido será assinalada com “**X, V, SIM** ou **NÃO**”.

c) Levantamento bibliográfico: levantamento de toda a bibliografia ou materiais já publicados em forma de livro, monografia, dissertação, tese, revista etc. Ela reside no facto de permitir ter uma percepção e análise mais ampla do problema do que poderia pesquisar directamente.

- d) **Smartphone:** aparelho para transmitir, receber ou registar sons e imagens que servem como dados importantes inseridos na pesquisa.
- e) **Questionário:** séries de perguntas preparadas, cujas respostas são realizadas ou dadas pelo informante. A linguagem apresentada é simples e directa, para que o informante compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

2.6. População e Amostra

De acordo Deslauriers (1991, p. 58) citado por Gerhardt e Silveira (2009, p.32) o objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações que complementam a pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2017, p.239) entendem que só ocorre tipo de amostragem quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo e surge a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.

A população é constituída por membros da direcção municipal da educação do Ambriz, da direcção escolar, professores, coordenadores de turma, encarregados de educação e alunos da Escola Primária nº 115.

Desta, o grupo estudado é composto por um (1) director geral, um (1) subdirector pedagógico, dois (2) coordenadores de turma, cinco (5) professores e vinte (20) alunos da Escola Primária n.º115.

2.7. Dificuldades encontradas

Como qualquer pesquisa, a nossa, enfrentou um conjunto de dificuldades no decurso da sua construção. Essas dificuldades tornaram mais ambiciosas a nossa vontade de vencê-las, sabendo que a ciência está cada vez mais presente no nosso convívio, é da nossa responsabilidade manter esse crescente avanço.

Entre as dificuldades encontradas estão:

a) Escassez de recursos financeiros

A falta de recursos financeiros, em primeiro lugar, condicionou o início previsto da nossa pesquisa entrar em acção e, em segundo, o decurso da nossa pesquisa, impossibilitando o contacto presencial semanal com a população de estudo, uma vez que, a equipa de pesquisador vive em Luanda e o local de estudo encontra-se na província do Bengo, mais concretamente no município do Ambriz.

Com essa escassez, surge a racionalização do pouco recurso em nossa

posse para se deslocar do município de Cacuaco ao Kilamba Kiaxi (biblioteca do ISCED), sempre que a pesquisa exigisse.

Outra dificuldade também foi a falta de meios financeiros para carregar constantemente a internet como motor de busca de conteúdos que embasem a nossa pesquisa;

Não menos importante, a falta de recursos económicos condicionou-nos a alimentar-se 3 vezes por dia para cobrir as necessidades surgidas nesse sentido.

b) Escassez de recursos bibliográfico

Dificuldades em adquirir documentos em língua portuguesa que descrevessem o marco da merenda escolar nos principais países mais industrializados.

Esse factor, levou-nos a pesquisar em línguas estrangeiras mas que, ainda assim, o conteúdo era limitado.

c) Construir a pesquisa em tempo programado

A falta de referenciais bibliográficas concernente a nossa temática e de meios financeiros para custear atempadamente cada etapa planificada da nossa pesquisa, atrasou todo processo a que esta estava envolvida.

d) Burocracia

As regras, controles e procedimentos desnecessários encontrados no campo de pesquisa, dificultou na implementação do nosso programa de pesquisa. O responsável do local de pesquisa não quis autorizar a nossa presença na instituição sem a devida autorização da Direcção Municipal da Educação do Ambriz.

e) Falta de colaboração

Depois de uma conversa alongada entre vários intervenientes, o responsável permitiu que avançássemos com a nossa pesquisa, entretanto, com muitas barreiras.

f) Baixa interacção

Com todo condicionamento imposto pelo gestor do campo de pesquisa delimitado pelo nosso tema, tanto os professores quanto os estudantes interagiam timidamente, no primeiro e segundo dia da nossa interacção.

g) Coleta de dados confiáveis e relevantes

Fruto da baixa interacção no levantamento de dados, foi necessário observar e participar em 10 aulas, cujo objectivo é a sincronização de dados de modo a

garantir a confiabilidade dos dados.

CAPÍTULO III. RESULTADOS ESPERADOS

No presente capítulo proceder-se-á à apresentação e discussão dos resultados obtidos tendo como base as informações recolhidas através dos instrumentos de recolha de dados na investigação.

Antes da apresentação e interpretação dos resultados, refere-se que a nossa pesquisa é tipologicamente exploratória, com modelo de abordagem qualitativa.

Assim, como entende Alvarenga (2012, p.101), nas abordagens qualitativas os resultados se apresentam de maneira narrativa, consistem em descrições de entrevistas ou das situações e condutas observadas. Geralmente são apresentados resumos directos dos dados colectados.

Para a recolha de dados, recorreu-se ao inquérito por questionário, por formulário e observação, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas e fechadas.

Inicialmente, esta pesquisa previa inquirir por meio de entrevista 15 alunos do ensino primário e outros 5 por inquérito por formulário. As escolhas de classe e participantes são alheatórias. Entre a população prevista para o nosso estudo, constam também o DG e o DP da Escola Primária n.º115 por meio de inquérito por questionário, 5 professores onde aleatoriamente 2 seriam escolhidos para entrevista e 3 por meio de questionário.

Entretanto, por questões burocráticas observadas no campo de pesquisa, ficou excluído do nosso universo 1 professor, 1 director e 11 alunos. É importante esclarecer que 2 dos coordenadores de turma como parte da nossa amostra são professores, sendo que, preferencialmente participaram como professores por escolha própria. Assim, a nossa pesquisa abrange um total de 13 inquiridos.

Os alunos escolhidos pela direcção para serem inquiridos tiveram oportunidade de as ler, e solicitar orientação aos encarregados de educação no âmbito do surgimento de uma dúvida, visto que o inquérito por formulário seria para responder em casa, de acordo os termos de livre consentimento.

Logo, os dados foram avaliados com base na colaboração de:

Um (1) director;

Dois (2) professores que leccionam turma da 1ª classe;

Um (1) professor que lecciona na turma da 3ª classe;

Cinco (5) estudantes que pertencem a turma da 5ª classe e;

Quatro (4) estudantes pertencentes a turma da 6ª classe, complementando o alcance de 9 estudantes que se constituem como amostra.

Os inquéritos por formulário foram aplicados entre meses de Outubro e Novembro de 2024, com a autorização prévia do director da escola e a posteriori, dos professores e encarregados de educação. Foi o mesmo período em que usamos guias de observações, para uma análise, de forma complementar.

3.1. Apresentação e interpretação dos resultados

De acordo Gil (2002, p.126), esta é a última fase de um levantamento. Logicamente, só pode ser efectuada depois que se dispõe de todos os dados devidamente colectados e analisados.

Sendo assim, na presente secção serão apresentados os dados levantados e analisados provenientes do campo de pesquisa.

Posterior a sua apresentação seguir-se-á a análise como aspecto indispensável do processo de pesquisa.

As análises foram realizadas por meio de leitura exaustiva dos inquéritos juntamente com a guia de observação diária, objectivando conhecer aspectos da população estudada e traçar estratégias de inclusão que atendam as diferentes necessidades cognitivas dos alunos por meio da merenda escolar.

Após a leitura exaustiva, o próximo passo foi a realização de leitura minuciosa de cada inquérito, atendendo-se à singularidade de cada um deles.

Com a exposição e familiaridade nos tópicos já observado, foi possível construir uma relação entre dados obtidos, hipóteses e objectivos da nossa pesquisa.

Outro aspecto não menos importante a mencionar, é que, a partir do princípio da redução de dados foram seleccionados recortes específicos em cada grupo de pergunta pelo grau de relevância para pôr em evidência os objectivos da pesquisa (Gil 2002, p.133).

Para Gomes (2007, p.79) apud Cardoso et. al (2021, p.110) a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das fala e interpretações dos locutores porque, em geral a dimensão sociocultural das opiniões e representações

de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias.

3.1.1. Questões éticas da pesquisa

A questão ética da pesquisa traduz-se num conjunto de princípios que garantem que a participação no estudo seja voluntária, informada e segura para os sujeitos da pesquisa, não se preocupando apenas com a integridade científica, mas também com os direitos humanos e dignidades de modo que haja uma colaboração sem sobressaltos entre os sujeitos visados da pesquisa.

Para Alvarenga (2012, p.62), nas investigações da conduta humana, as fontes de informações são seres humanos, por isso é preciso especificar como será salvaguardo a intimidade das pessoas envolvidas na investigação, e cuidar dos aspectos que possam desencadear conflitos éticos no estudo. Ainda, para o autor, quando for necessário identificar a quem corresponde um determinado resultado, para respeitar o carácter confidencial do estudo pode-se substituir o nome real das pessoas por número, códigos ou nome fictício.

Através de termo de consentimento livre e esclarecido, a nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades do entrevistado, bem como as respostas apresentadas durante os inquéritos, são anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para este estudo.

No consentimento livre esclarecido, estavam descritas informações sobre a pesquisa e o compromisso de sigilo para com os participantes.

Deste modo, os nomes reais dos nossos inquiridos terão as seguintes codificações:

- Inquérito por formulário para alunos – AEPI;
- Inquérito por formulário para professores PEPI;
- Inquérito por questionário para directores – DEPI.

3.1.2. Caracterização da escola

A Escola Primária n.º 115 encontra-se localizada na província do Bengo, município do Ambriz, concretamente no bairro 5 de Maio. Quanto a sua composição estrutural:

- Director Geral – 01;
- Directo Pedagógico – 01;
- Professores – 12;
- Alunos activos – 364;
- Desistente – 25;

- Período da manhã – 1ª à 3ª classe;
- Período da tarde – 4ª à 5ª classe;
- Salas administrativas: 02;
- Cantina – 00;
- Salas de aulas – 06;
- Quadra multiuso – 00;
- Pessoal não docente – 00;
- Quarto de banhos – 2 usados, tanto para os professores, quanto aos alunos.

3.1.3. Observação

De acordo Cheron (2021, p.107) o uso da observação permite ao pesquisador, de forma privilegiada, aprofundar-se no contexto das interações, experiências e vivências das pessoas em seus ambientes quotidianos.

As observações foram realizadas nos momentos da execução da prática pedagógica na turma da 4ª e 5ª classe, ou seja, nas aulas. As informações foram registadas a partir de um arquivo padronizado de texto word.

Ainda, informa-se que a observação foi a “não participante” porque apesar do contacto com a comunidade observada, a nossa equipa não envolveu-se directamente, a observação foi dirigida e controlada em direcção aos objectivos da pesquisa.

A observação ocorreu em um único período (da tarde) nas salas 2 e 5, em datas diferentes, concretamente entre 14h e o término ocorreria 16h:40 com a duração de 2 vezes por semana.

Em cada unidade foram trabalhados conteúdos específicos conforme o quadro:

Quadro – 1

ASPECTOS A OBSERVAR	ESCALA DE AVALIAÇÃO OBSERVACIONAL			
	Mau	Suficiente	Bom	Excelente
Forma de apresentação do docente				
Aspectos nutritivo dos alunos				
Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas				
Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas				
Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o recreio das aulas				
Partilha de alimentos entre alunos				

Fonte: própria autora

3.1.3.1. Notas de observações diárias:

Sessão 0

Na sessão zero, a pesquisadora esteve presente na Escola Primária, no período matinal, onde foi apresentada à direcção da escola, onde também fazia-se presente 2 professores. A tarde fez-se presente na 4ª classe, na aula de Geografia. Nesta secção, os alunos se familiarizarem com a presença de uma pessoa externa à escola dentro da sala de aula, a observá-los. Os alunos tomaram conhecimento que iria ser feita uma pesquisa durante as actividades lectivas tendo-lhes sido transmitido os termos em que a mesma decorreria: as datas previstas para o preenchimento dos inquéritos.

Terminado o nosso objectivo, no mesmo período, a pesquisadora seguiu para sala da 5ª classe, onde o roteiro não foi diferente.

No dia seguinte, isto é, no período da tarde, na aula de Língua Portuguesa e Ciências da Natureza.

Secção 1

Na primeira sessão, de acordo os objectivos da pesquisa são destacados alguns pontos marcantes da observação, na sala da 4ª classe:

Quadro – 2

ASPECTOS A OBSERVAR	ESCALA DE AVALIAÇÃO OBSERVACIONAL			
	Mau	Suficiente	Bom	Excelente
Forma de apresentação do docente				X
Aspectos nutritivo dos alunos			X	
Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas		X		
Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas		X		
Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o recreio das aulas	X			
Partilha de alimentos entre alunos		X		

Tendo como resultado da observação, verificamos que os professores no âmbito das suas responsabilidades pedagógicas fazem a introdução com cumprimento aos alunos, pergunta se estão todos saudavelmente bem e se alguém tomou o pequeno-almoço;

a) Estado nutritivo

Os alunos encontram-se em bom estado nutritivo mas que pode ser melhorado.

b) Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas

O resultado evidencia a relação entre o estado alimentar dos alunos e o seu comportamento em sala de aula. Os que alimentaram-se antes das aulas e durante o recreio mostraram-se mais atentos, activos e engajados nas actividades, com a capacidade de manter o foco e a interagir com os colegas ou colegas de maneira positiva.

c) Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas

Alunos que tinham dinheiro para comprar bolinhos e pelo grau de afinidade com alguns, partilharam com alguns colegas que não se tinham alimentado antes das aulas.

d) Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o recreio das aulas

Quanto aos alunos que não tinham dinheiro e nem se alimentado durante o recreio ou antes da aula, foram menos activos e pareciam fragilizados, conforme o resultado.

e) Partilha de alimentos entre alunos

Foi observado a partilha de alimentos de alimentos entre alguns alunos, principalmente entre aqueles que tinham maior grau de afinidade ou proximidade.

Sessão 2

Na segunda sessão fez-se a entrega do inquérito por questionário à professora. Esta actividade foi realizada sem a presença dos alunos.

Sessão 3

Na terceira sessão, isto é na sala da 5ª classe, destacam-se os seguintes pontos, de acordo o quadro seguinte:

Quadro – 3

ASPECTOS A OBSERVAR	ESCALA DE AVALIAÇÃO OBSERVACIONAL			
	Mau	Suficiente	Bom	Excelente
Forma de apresentação do docente				X
Aspectos nutritivo dos alunos		X		
Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas			X	
Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas			X	
Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o recreio das aulas	X			
Partilha de alimentos entre alunos		X		

Tal como na sessão 2, os resultados evidenciam que, quanto a forma de apresentação do docente: resultado mostra que os professores dominam a sua área de actuação, com uma introdução nos moldes da pedagogia.

a) Aspectos nutritivo dos alunos

Foi observado um estado nutritivo é satisfatório mas que pode ser melhorado para o excelente.

b) Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas

O resultado evidencia como bom, pois, os alunos foram interagindo dentro da sala de aula e demonstraram o interesse de melhoria nos argumentos.

c) Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas

Estes aparecem na escala de avaliação observacional, com bom resultado, representavam de igual modo energia em suas interações entre colegas e professores.

d) Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o

recreio das aulas

Mais uma vez, o resultado foi péssimo, pois, na observação notou-se que estes alunos apresentavam sinais de fraqueza, pouca interacção na aula e um quadro nutritivo menos positivo.

e) Partilha de alimentos entre alunos

Neste quesito, notamos um resultado satisfatório, mas que, limita-se aos alunos mais afincos.

As primeiras percepções da observação indicaram que há alunos que não se alimentam antes das aulas e esses, apresentaram características comportamentais inapropriadas dentro do ambiente escolar como a distração, a irritabilidade, dificuldade em concentrar-se.

Na fase do recreio, houve partilha de alimentos entre alunos, nomeadamente bombó, bolinho, bolachas etc., mas, pouco foram as crianças que partilhavam alguma coisa com alguém que não tinha um vínculo de proximidade, enquanto que as demais apenas aproveitavam o recreio de forma não diferente do habitual.

Ainda verificou-se a alerta de um aumento de comportamento disruptivo na sala de aula e foco mais fraco. Esses comportamentos disruptivos podem identificar-se por meio de crianças que, durante as aulas estejam camufladamente a comer alguma (bombó com jinguba, bolinho, bolacha etc.) coisa sem que o professor aperceba-se sempre.

3.1.4. Inquérito por formulário para Direcção da Escola Primária 115.

Antes de apresentar o inquérito por formulário, tal como nas secções anteriores, importa-se lembrar que os nossos inquiridos são livres de responder ou demarcar-se de qualquer questão.

O inquérito é constituído por 8 perguntas, sendo que, precisamente, a direcção da escola (inquirido único) se posicionou a duas perguntas.

Questões:

Pergunta I – a escola beneficia de merenda escolar?

Resposta – não, a escola não se beneficia do programa de merenda escolar.

Pergunta II – existe alimento de produção local com potencialidades para merenda escolar?

Resposta – sim. Alimentos de produção local são: a batata-doce, feijão, laranja,

banana, mandioca, etc.

Os resultados mostram que a escola não beneficia do programa de merenda escolar, mas que o município apresenta produção que possam sustentar ou ser incluída no programa de merenda escolar à nível local.

3.1.5. Inquérito por formulário para alunos

O nosso inquérito é constituído por 9 perguntas fechadas. Destas, de acordo os nossos objectivos foram seleccionadas 5 perguntas (conforme apêndice c, questão: 2.1., 2.2., 2.3., 2.4., e 2.8.) para sua apresentação e interpretação.

É importantes esclarecermos que cada questão possui várias alternativas como resposta, entretanto, ficou esclarecido que os alunos podem dar outra resposta que não conste das opções ou assinalar mais de que uma resposta se for o caso, e como também demarcar-se de qualquer pergunta, conforme o consentimento livre e esclarecido.

Questões:

Pergunta I – Preocupa-se com a sua alimentação?

Resposta – *As vezes*

AEPI – 1

Resposta – *Sim*

AEPI – 2

Resposta – *Sim*

AEPI – 3

Resposta – *Sim*

AEPI – 4

AEPI – 2, AEPI – 3 e AEPI – 4 respondem “sim”, que preocupam-se com a sua alimentação. O resultado não desconsidera a posição de AEPI – 1 por alertar quanto ao valor emocional que elas dão à comida.

Sobre a preocupação das crianças com a sua alimentação, ficou esclarecido que as crianças manifesta-se sobre quando e que vão comer.

Segundo Rangel (2023), o acto de comer está associado à sensação e prazer.

Desta forma, seria importante que os adultos tivessem opções alimentares saudáveis para os seus encarregando. O valor emocional que as crianças dão à comida, pode resultar na ansiedade alimentar quando a alimentação for confeitado tarde ou mesmo na falta dela.

Quando se tem uma criança com ansiedade alimentar mesmo que não seja exaustiva, a hora de alimentar-se pode ser tudo, menos divertida ou agradável.

Pergunta II. Assinale as refeições que costuma fazer ou consumir diariamente?

Resposta – *Pequeno-almoço, almoço e jantar*

AEPI – 1

Resposta – *Pequeno-almoço, almoço e jantar*

AEPI – 2

Resposta – *Pequeno-almoço e jantar*

AEPI – 3

Resposta – *Pequeno-almoço, almoço e jantar*

AEPI – 4

Os alunos respondem que fazem três refeições por dia, nem sempre tomam o pequeno-almoço antes das aulas.

O resultado chama atenção ao evidenciar que o AEPI – 3 depois do pequeno-almoço, passa o dia todo sem se alimentar, até que seja o momento de jantar.

Outro aspecto identificado no resultado é que, as 3 refeições diárias consumidas por AEPI – 1, AEPI – 2 e AEPI – 3, nem sempre acontecem em horários regulares. Ou seja, vezes há que, os inquiridos tomam o pequeno-almoço depois das aulas.

Pergunta III – Costuma ter tempo para comer nos intervalos das aulas?

Resposta – *Não.*

AEPI – 1

Resposta – *Sim*

AEPI – 2

Resposta – *Não*

AEPI – 3

Resposta – *As vezes*

AEPI – 4

Aqui o resultado apresenta a falta de horário escolar que beneficie os alunos. O AEPI – 1, AEPI – 3 e AEPI – 4 se posicionarem desfavoravelmente quanto ao tempo para comer nos intervalos das aulas por entender que não seja suficiente, enquanto para AEPI – 2 seja.

O intervalo das aulas tem sido o tempo que os alunos também usam para ir ao banheiro, ir à cantina comprar alguma coisa para comer e nem sempre conseguem satisfazer as suas necessidades de imediato porque são condicionados com fila de espera.

Pergunta IV – Quando tem fome na escola, de preferência o que gostaria comer?

Resposta – *Frutas*

AEPI – 1

Resposta – *Arroz guisado*

AEPI – 2

Resposta – *Frutas, bolinho e bolacha com sumo*

AEPI – 3

Resposta – *Batata-doce, mandioca e chá/leite/outros, frutas, funje c/frango/peixe/outro, arroz c/salada.*

AEPI – 4

O resultado mostra que, pese embora haver inquirido que tenha optado por preferências alimentar saudáveis, há no entanto também, inquiridos que tenham incluído preferências alimentar menos recomendada por especialistas em nutrição.

A preferência dominante foi fruta. Entretanto, as outras preferências não podem ser descartadas, visto que possuem um valor nutricional adicional.

Pergunta V – Alguma vez já chorou porque não tinha nada para comer?

Resposta – *Nunca*

AEPI – 1

Resposta – *As vezes*

AEPI – 2

Resposta – *Difícilmente*

AEPI – 3

Resposta – *Nunca*

AEPI – 4

O resultado indica que os alunos já choraram por não ter nada para comer. Isto mostra que as refeições podem se tornar uma batalha para algumas famílias.

3.1.5. Inquérito por formulário para professores da Escola Primária 115

Na presente secção, foram elaboradas 7 perguntas direccionada aos docentes, entretanto, entenderam responder duas questões apenas (as questões n.º 5, 6 e 7, conforme apêndice w).

Questões:

Pergunta I – A escola beneficia do programa de merenda escolar?

Resposta – *Não*

PEPI – 1

Resposta – *Não*

PEPI – 2

O resultado evidencia que a Escola Primária n.º 115 não beneficia do programa de merenda escola.

Pergunta II – Existe alimentos de produção local com potencialidade para merenda escolar?

Resposta – *Não*

PEPI – 1

Resposta – *Sim. O bombó, ginguba, batata, banana,*

PEPI – 2

múcua etc.

Apesar de PEPI – 1 responder que, o município do Ambriz não possui produção a nível local que se potencialize à merenda escolar, o resultado evidencia que existe produção que podem ser parte da merenda escolar.

Pergunta II – A escola promove actividades educativas que abordam a importância da alimentação saudável e inclusiva para os alunos?

Resposta –

PEPI – 1

Resposta – Sim

PEPI – 2

Segundo o resultado, PEPI – 1 não manifestou qualquer opinião em relação a questão, enquanto, que PEPI – 2 disse que sim.

Com base nos dados colectados, por meio de observação não participante e inquéritos, a nossa pesquisa identificou 1 categorias e 1 subcategoria: atitudes alimentares, preferências alimentares dos alunos da Escola Primária 115.

3.2. Discussão dos resultados

Na presente secção, segue-se a discussão dos resultados da pesquisa, trazendo a correlação entre a percepção nutricional, alimentação, desempenho dos alunos da Escola Primária 115 e os objectivos específicos, onde se debruçará sobre os alimentos de produção local com potencialidades para merenda escolar, preferências alimentares dos alunos, estratégias personalizadas para a inclusão da merenda na Escola Primária 115 e factores que dificultam a inclusão da merenda escolar.

Para Alvarenga (2012, p.102), a discussão de resultados é a fase fundamental da pesquisa, onde o investigador deverá confrontar, o encontrado na revisão da literatura, suas experiências os achados com o resultado da investigação, e como consequência deles, tomar posições a respeito deles.

Com a nacionalização do sistema de educação em 1975, o processo de ensino-aprendizagem sofreu alterações significativas, pese embora acompanhado de momentos críticos da sua história pela guerra civil que se instalou no mesmo ano em Angola. Desde a proclamação da independência, o ensino passou a ser visto como um mecanismo para transformar o país auto-suficiente, concomitantemente dar respostas às inúmeras necessidades sociais.

Como todo e qualquer processo tem a sua fase inicial, a educação não foi excepção. Surgindo a segunda reforma educativa, isto é em 2001, a LBSE no artigo 17º definia o ensino primário como unificado de seis classes, constituindo a base do Ensino Geral, tanto para a Educação Regular como para a Educação de Adultos e é o ponto de partida para os estudos a nível Secundário. O ensino primário obrigatório e gratuito é uma consequência das reformas que Angola tem vindo a implementar desde a sua independência.

O ensino primário são as fases subsequentes do ensino geral que se dá para se atingir o nível secundário. Comumente, começa da 1ª até 6ª classe, quer seja para a educação regular, como para a educação de adultos.

Com as reformas implementadas no sistema de educação, o ensino primário veio acompanhado com a figura “gratuidade e obrigatoriedade”. Os termos apontam para o cumprimento de um processo que se deve ser feito sem pagar. Sendo que, os primeiros 6 ciclos do sistema de educação e ensino sejam gratuito, ela vem oferecendo oportunidades de emancipação por meio da aprendizagem formal para crianças pertencente a famílias pobres e sem condições mínimas.

Tornar o ensino primário gratuito e obrigatório, levantam questões que jamais devem ser ignoradas. Entre um conjunto de questões, traz-se o mal estado nutritivo de crianças abrangidas por essa prerrogativa.

Assim, como no mundo, a pobreza em Angola não é recente, e o pobre, não pode ser discriminado por ser pobre porque a pobreza tem acompanhado a dinâmica humana. A figura de “acesso universal à educação”, conforme o art. 9 da Lei n. 32/20 de 12 de Agosto, refere-se ao direito fundamental de todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, de ter acesso total à educação. Este princípio é embasado à luz do n.º1 e 2 do art. 23 da CRA, onde faz referência de que, todos são iguais perante a Constituição e a lei. Ninguém deve ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condições económica ou social ou profissão.

Com o crescimento demográfico e verificando-se principalmente nas zonas rurais, tornou-se necessário efectuar investimentos na educação de modo que as crianças em crise de fome tenham uma oportunidade digna de aprendizagem. Pois,

uma criança com fome não consegue aprender.

Segundo Rodrigues (2025), mais de 11. 600 000 Pessoas em Angola se encontram em estado de pobreza extrema.

O município do Ambriz não é uma excepção. As maiores vítimas da condição de pobreza são as crianças. Foi nesse sentido de percepção real do país que o Estado tenha entendido implementar um conjunto de soluções que abarcassem as crianças carentes por meio da Lei n.º138/13 de 24 de Setembro. Ou seja, não seria de bom senso obrigar uma criança esfomeada e mal nutrida entrar numa sala de aula para aprender.

3.2.1. ATITUDES ALIMENTARES

Segundo Alvarenga et al. (2010) citada por Moraes (2017, p.20) definem atitude alimentar como crenças, pensamentos, sentimentos, comportamentos e relacionamento para com alimentos. Para a autora, elas envolvem os componentes afectivos (sentimentos, humor, emoções); cognitivos (crenças e conhecimentos); e volutivos (intenção comportamental, predisposição para agir coerentemente com os afectos e cognição) e são ainda influenciadas por factores ambientais e interno.

De acordo com os dados apresentados, em princípio, os alunos ao manifestarem preocupação sobre “o que vão comer, quando vão comer” etc., fica em evidência, o valor emocional que dão à comida. O valor emocional que as crianças dão à comida, pode resultar na ansiedade alimentar quando o alimento for confeccionado e consumido tarde ou mesmo na falta dele. Neste entendimento, os alimentos podem indiscutivelmente provocar sentimentos positivos ou negativos aos alunos, pois, está associado ao humor e às emoções.

Quando uma criança preocupa-se com a sua alimentação, o seu pensamento não só será direccionado sobre a forma como a comida é confeccionada, mas também o seu aspecto, sabor, quantidade etc. A criança ao lidar com uma comida que o seu aspecto e sabor não sejam expectantes, manifesta emoções negativas levando-o a diminuir o consumo da mesma. Ao contrário, as crianças tendem a aumentar ou pedir que seja servido outra vez.

Ainda, neste entendimento, os alimentos podem indiscutivelmente invocar sentimentos ou emoções positivas ou negativas como a nostalgia, satisfação, prazer, angústia, desgosto, memórias agradáveis, insatisfação ou mesmo tristeza e infelicidade, etc. Os alunos ao manifestarem preocupação sobre em que momento

se alimentarão, traz em evidência as perturbações de espírito causada pela incerteza do momento em que ela vai comer. Isto pode resultar em ansiedade alimentar, e que, quando se tem uma criança com ansiedade alimentar mesmo que não seja exaustiva, a hora de alimentar-se pode ser tudo, menos divertida ou agradável, pois, o único desejo da criança será apenas o de consumo (encher a barriga).

Com a comida aprendemos uns aos outros, conversamos uns aos outros e rimos uns aos outros, de igual modo, ela é um conector universal entre os alunos da Escola Primária 115.

A partilha de comida é uma prática comum entre os alunos mas que levanta sérias preocupações de segurança alimentar. Os alunos, apenas comem para saciar-se, sem levar em consideração se aquilo que se come pode ou não ser benéfico para o seu corpo.

Ao manifestar-se desconhecimento sobre nutrientes da comida que se consome, inequivocamente está-se a arriscar o consumo de produtos que podem ser prejudiciais para a nossa saúde devido a sua composição e aquilo que efectivamente o nosso corpo precisa para desenvolver. Portanto, a segurança alimentar também precisa ser levado em conta neste processo de merenda escolar.

Segundo Governo de Angola (2024, p.2), a segurança alimentar é entendida como acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares de saúde que respeitem a diversidade cultural e que ambiental, cultural, económica e socialmente sustentável.

Para Scheunemann e Lopes (2019, p.282), é mediante o processo educativo que os estudantes conseguem adquirir e aperfeiçoar os meios de realizar as suas escolhas.

Ou seja, enquanto o PME não tenha abrangido a escola mensurada, as actividades educativas que abordam a importância da alimentação saudável e inclusiva para os alunos, caracteriza-se por contribuir com orientações direccionadas aos bons hábitos alimentares que os alunos venham a adquirir para o resto da vida. Bons hábitos alimentares são essenciais para o desenvolvimento físico e emocionais de crianças em idade escolar. Quando a escola não promove esse tipo de actividade, na vida adulta, os hábitos alimentares se tornam difíceis de corrigir.

Idem, Scheunemann e Lopes (2019, p.289), entendem o comportamento

alimentar como a interacção entre vários aspectos ambientais, psicológicos e biológicos.

A partilha de bombó frito, bolinho entre alunos dá-se quando algumas crianças têm o que comer, enquanto as outras não.

A falta de alimentos saudáveis na Escola Primária n.º115 se dá também por não haver uma estrutura que permita a sua elaboração. E isto ocorre na introdução de alimentos menos recomendados para suprir a fome dos alunos.

Como se pode observar, há um consumo elevado de alimentos pertencentes aos grupos dos açúcares e doces e dos óleos e gorduras pelos alunos, observando-se uma alta ingestão de calorias vazias, que podem levar ao excesso de peso concomitante a carências nutricionais.

No que concerne as 3 refeições feitas pelos alunos, embora não exista um número exacto de refeições recomendadas, muitos especialistas concordam que seja fundamental oferecer no mínimo as 3 refeições principais que são o pequeno-almoço, o almoço e o jantar, sem olvidar, portanto de 2 lanches intermediários durante o dia.

Os alunos ao apresentarem histórico de choro ligado à falta de refeição em algum momento, manifestam de forma clara sobre as dificuldades de alimentar-se constantemente três vezes ao dia. Esse comportamento tende aumentar os riscos de alterações de crescimento, deficiência de vitaminas, perdas exageradas de peso, problemas no aprendizado como a incapacidade cognitiva para se concentrar, os alunos estarão mais propensos a comportar-se inadequadamente e apresentar níveis de energia baixo etc.

Portanto, entende-se que as três refeições estão ligadas e ajudam a manter o corpo devidamente programado, pois, pular uma delas pode prejudicar a saúde mental.

Com a inclusão do PME na Escola Primária 115, viria colmatar a deficiência perceptiva dos alunos não só, em não consumir alimentos com nível de nutrientes menos recomendáveis ou críticos, como também fornecer um pequeno-almoço e almoço para os alunos.

3.2.1.1. PREFERÊNCIAS ALIMENTAR DOS ALUNOS

Na presente subcategoria, pese embora haver inquiridos que tenham optado por preferências alimentar saudáveis, há no entanto também, inquiridos que tenham

incluído preferências alimentar menos recomendada por especialistas em nutrição.

A preferência dominante foi fruta. Entretanto, as outras preferências não podem ser descartadas, visto que possuem um valor nutricional adicional.

De acordo a apresentação dos resultados, eis os alimentos mais citados, *frutas*, arroz guisado, bolinho, bolacha com sumo, batata-doce, mandioca e chá/leite/outros, frutas, funje c/frango/peixe/outro e arroz c/salada.

Sendo a alimentação um processo pelo qual o ser humano e outros animais consomem o alimento, os nutrientes são necessários para sua sobrevivência e realização de actividades do dia-a-dia.

Se quisermos que as crianças cresçam fortes e saudáveis é preciso alimentá-los de forma saudável. Uma alimentação saudável tem ser completa com alimentos que contêm quantidade necessária de cada nutriente.

Para que as preferências alimentares dos alunos sejam considerados uma boa fonte ou não de nutrientes, vai depender da quantidade de nutriente presente em cada alimento, pois, existe os de baixo valor nutricional ou com altos níveis de nutrientes críticos na sua composição.

É importante entender que nem todo alimento possui um nível de nutrientes adequados às necessidades. Apesar dos alimentos possuírem o seu lado benéfico, também possuem o não benéfico.

A preferência alimentar desempenha um papel muito importante na formação de hábitos alimentar dos alunos.

Conforme Rezende et al. (2014, p.623), o termo hábito alimentar vem sendo utilizado para designar os costumes e o modo de se comer de uma pessoa ou comunidade, sendo influenciadas pela cultura, condições socioeconómicas, relações sociais, relações afectivas, dentre outras.

Os hábitos alimentares que adquirem-se durante a infância e adolescência podem influenciar preferências e consequentemente, também o estado nutricional dos alunos.

Desta forma, seria importante que os adultos tivessem opções alimentares saudáveis para os seus encarregando de modo que atendesse as suas necessidades cognitivas.

Essa melhoria só acontece se a Escola Primária n.115. 5 De Maio for abrangida pelo programa de merenda. As refeições escolares são mais nutritivas do

que aquelas que são feitas em casa ou noutros lugares porque muitas crianças, principalmente aquelas de famílias de baixa renda, com a implementação da PME comeriam até metade das suas calorias na escola, ao passo que em casa, as crianças comem de acordo o que lhes é disponibilizado, quer tenha quantidade necessária de nutrientes ou não, e nalguns casos é a sua primeira refeição depois das aulas.

Assim, como entendem Belik & Souza (2022), citados por Souza & Sousa (2023, p.1095) alimentação escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Uma alimentação adequada e saudável fornece os nutrientes necessários para o crescimento físico e cognitivo, contribuindo para o bom funcionamento do cérebro e a melhoria da concentração, memória e capacidade de aprendizagem das crianças.

3.2.2. ALIMENTOS DE PRODUÇÃO LOCAL COM POTENCIALIDADES PARA MERENDA ESCOLAR

Sendo um município cercado de comunas agrícolas, o Ambriz possui terras férteis e com potencialidades para o cultivo de quantidades imensuráveis de alimentos que podem constituir-se em potenciais transportadores de proteína e vitaminas que garantam nutrientes suficientes para crescimento e desenvolvimento dos alunos.

O excelente desenvolvimento corporal e intelectual dos alunos exige uma alimentação saudável e diversificada, com muitas frutas, verduras, legumes etc.

Com isso, a priori, por meio dos resultados apresentados foram identificados os seguintes alimentos de produção local com potencialidades para merenda escolar: a batata-doce, o feijão, a laranja, a banana, a mandioca etc. Adicionalmente, por meio da observação Adicionalmente, além de produzir alimentos citados pelos inquiridos da nossa pesquisa, o município do Ambriz também produz tomate, cebola, couve, repolho, mamão, além de ser uma zona costeira onde as actividades pesqueiras são exercidas com grande destaque na própria sede do município e na comuna do Tabi (propriamente no Kinkácala e Yembe).

Os alimentos supramencionados produzidos localmente, a sua inclusão no PME vem de certa forma valorizar os ingredientes regionais que visam fortalecer a identidade dos alunos, o respeito pela diversidade cultural e tradições alimentares da

sua localidade.

3.2.3. IMPORTÂNCIA DA MERENDA ESCOLAR

Segundo Dahl & Jensberg (2011) citados por Birkelund (2023, p.20), as refeições escolares podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre nutrição, hábitos alimentares benéficos e interação social durante a refeição, além dos aspectos culturais da comida.

O PME são considerados uma forma importante de melhorar os hábitos nutricionais para crianças em idade escolar e, conseqüentemente, a saúde pública, pois atingem crianças de todas as posições socioeconômicas, além de ser uma ferramenta de educação das próximas gerações para dietas saudáveis e equilibradas.

A importância da merenda escolar transcende a simples necessidade fisiológica de necessidade fisiológica de alimentação, estando principalmente ligada ao bem-estar emocional, habilidades sociais e desempenho de actividades na vida adulta, inclusive as de natureza intelectual e académica.

As refeições escolares serão essenciais para mais crianças do que nunca por consistir na função de oferecer todos os nutrientes e as energias necessárias para garantir o desenvolvimento e o crescimento saudável das crianças, boa qualidade de vida, prevenindo doenças e infecções na vida do aluno na sua fase adulta.

Com a introdução da merenda escolar e a sua confeição tutelada pelo técnico de saúde com especialidade em nutrição, o aluno adquire proteínas, vitaminas, minerais, e gorduras essenciais para o seu desenvolvimento.

Quando os encarregados de educação percebem que no seu bairro existe uma escola do ensino primário incluída no PME, a tendência é matricular o seu encarregando na mesma por entender que essa procedência diminuiria as suas despesas. Este facto, por si só, aumentaria o número de procura pela Escola Primária 115 e poderia reter os 25 alunos que tenham abandonado o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, como Watkins et. al (2024, p.2) entendem, Os programas de alimentação escolar têm histórico comprovado de melhoria da nutrição, aumento da matrícula em escolas e aumentar os resultados da aprendizagem, especialmente entre as crianças que foram deixadas voltar.

O programa de merenda escolar vem de certa forma impulsionar a agricultura,

a criação de emprego, educação nutricional das famílias agricultoras, crescimento económico, transferir recursos para famílias pobres, garantir maior acesso à educação e melhor aprendizado, fornecer dietas mais diversificadas, saudáveis e sustentáveis e beneficiando os meios de subsistência para pequenos agricultores, cozinheiros, e tantos outros que são partes da cadeia de suprimentos.

De acordo com Almeida (2014), citado por Arque et al (2021, p.1):

a alimentação oferecida nas escolas é preponderante ao desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-o em todos os aspectos: físico motor, intelectual, afetivo emocional, económico e social. Ainda para os autores Esses aspectos de bem-estar contribuem para que o sujeito tenha condições satisfatórias para aprender, pois existe um número considerável de estudantes que precisam dessa merenda escolar, para complementar sua refeição principal.

À luz do artigo 4º do DP 138/13 – RME. O mesmo artigo apresenta aspectos interessante sobre a importância da merenda escolar:

a) Estimular a capacidade de apreensão de conhecimento das crianças;

De acordo com Barrios (2011) citado por Da Silva (2015, p.14), o desempenho da memória está diretamente relacionado a uma alimentação equilibrada, pois está contribui para uma melhor oxigenação cerebral.

A merenda escolar permite que os alunos possuam iniciativas para buscar soluções e estratégias diversificadas para sanar os problemas de aprendizagem e disciplina, auto motiva os alunos a preparar diferentes recursos ou materiais de ensino preocupando-se com a construção do seu saber, buscando aperfeiçoar-se em todas as esferas, como participar nas palestras, leituras, etc.

Alunos que comem antes das aulas e durante o recreio mostraram-se mais atentos, activos e engajados nas actividades, com a capacidade de manter o foco e a interagir com colegas de maneira positiva.

Portanto, quando criança não se alimenta antes das aulas, sua capacidade de prestar atenção na escola diminui. Isto pode levar a redução de notas e comportamentos disruptivos no ambiente escolar. Esses comportamentos disruptivos podem identificar-se por meio de alunos que, durante as aulas estejam camufladamente a comer alguma coisa (bombó com jinguba, bolinho, bolacha etc.) sem que o professor aperceba-se.

b) Favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades das crianças;

A merenda escolar é essencial para a saúde e o bem-estar dos alunos,

especialmente para crianças de famílias de baixa renda — e garante que os alunos tenham a nutrição necessária ao longo do dia para aprender, de forma igual, justa e sem discriminação nenhuma.

A merenda escolar vem de certa estimular o desenvolvimento saudável dos alunos em toda sua esfera biológica. O ambiente escolar não se limita estar dentro das salas de aulas, mas fora delas também. O currículo educativo integra várias actividades educacionais, o desporto, a educação física, concursos como “quem sabe, sabe ou de danças” são uma delas. É neste sentido que a merenda escolar se tem como ferramenta que além de favorecer um ambiente saudável de ensino, também fornece nutrientes que permitem os alunos a desenvolver as suas capacidades físicas e mentais para enfrentar os desafios que lhe são impostos.

c) Prevenir situações de insucessos e abandono escolar;

Segundo De Lima (2018, p.10), Uma alimentação em horário escolar, com alta qualidade, tem sido considerada um dos intervenientes favoráveis à permanência e ao bom desenvolvimento do aluno na escola, que proporciona uma melhoria no processo de aprendizagem.

Ou seja, PME faz com que o aluno sinta-se acolhido de forma que não tenha prazer em ir para casa ou abandonar o ambiente escolar em busca de outros fins.

d) Suplementar as necessidades nutricionais dos alunos;

Uma alimentação escolar com nutrição adequada é aquela que permite saciar a fome, ter condições de manter os níveis de hidratação do corpo que possibilita o crescimento, o desenvolvimento físico correcto, prevenir as infecções e que também dão o prazer.

e) Contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis;

Conforme Da Silva (2015, p.13) a escola desempenha papel fundamental para a formação de hábitos alimentares saudáveis, sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas que possibilitam as crianças a valorizar os conhecimentos, práticas e comportamentos saudáveis.

As refeições preparadas nas escolas são mais saudáveis em relação as que são feitas em casa. As refeições escolares obedecem um processo cujo objectivo é garantir a segurança alimentar o que muitas vezes esse processo é dispensado em casa.

f) Promover a assiduidade e o efectivo cumprimento da escolaridade

obrigatória.

É importante ressaltar que a falta de assiduidade dos alunos é um dos grandes problemas ocorridos no ambiente escolar, e isto prejudica o desenvolvimento do próprio aluno devido a perda de conteúdos, hábitos de boa convivência e falta de socialização com outros.

A participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem está fortemente ligada ao seu sucesso. Quando a escola é abrangida pelo PME o empenho de um aluno chegar cedo na escola é redobrado. Ou seja, os alunos dificilmente apresentarão atrasos e faltas e se envolverão em todas as actividades realizadas na e pela escola.

3.2.4. INCLUSÃO DA MERENDA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIAS PERSONALIZADAS PARA ATENDER DIFERENTES NECESSIDADES COGNITIVAS DO ALUNO

Segundo Braun (2022), o processo de desenvolvimento obedece a um processo genético influenciado por vários factores ambientais, incluindo nutricionais. Uma das consequências da subnutrição é o retardo mental, atraso de neuro-desenvolvimento, dificuldade de aprendizagem e baixa capacidade de resolução de problemas durante a infância e também no futuro.

De acordo blog SEB (2021) a capacidade cognitiva é função que o cérebro usa para pensar, ler, aprender, lembrar, raciocinar e prestar atenção. Para o mesmo blog, a capacidade cognitiva absorve as informações recebidas e as move para o banco de conhecimento que as pessoas usam diariamente na escola, no trabalho, na vida. E a escola é o lugar certo para desenvolver a mente de um indivíduo desde a infância, a partir de actividades pedagógicas.

O exercício cognitivo nem sempre é desempenhado na sua maneira mais eficaz por diversos factores. A fome é um dos elementos que dificultam o endossamento cognitivo do aluno no ambiente escolar. Quando o aluno sente que o ambiente escolar não lhe fornece estabilidade primordial, estará pavimentando o caminho que comprometa a sua cognição.

A falta de tempo dos alunos para comer nos intervalos das aulas, podem acontecer nas circunstâncias em que os alunos aproveitam o pouco tempo que tem para ir à uma cantina fora da instituição escolar e ficar na fila de espera, já que todos querem ser atendidos ou mesmo na fila do quarto de banho para satisfazer as suas

necessidades, já que, tanto a direcção escolar, professores, quanto alunos, todos partilham do mesmo espaço de necessidades biológicas.

As diferenças psicomotoras entre alunos, tende a levar alguns alunos a compreender e escrever de maneira mais lenta em comparação aos outros, ocupando uma boa parte do tempo de recreio.

Neste sentido, Custódio (2008) citado por Da Silva (2015, p.14), há vários elementos que contribuem para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, e um elemento de grande importância é a alimentação equilibrada, que pode melhorar a inteligência, desenvolver o cérebro e contribuir para o equilíbrio das emoções e comportamentos.

Incluir o PME na Escola Primária n. 115, seria um princípio basilar determinante da saúde infantil que influencia as habilidades cognitivas e a capacidade de aprendizados dos alunos.

Ou seja, nada melhor do que uma alimentação saudável e equilibrada para se combater a fome e melhorar os níveis de nutrientes necessários no organismo para exercer as habilidades cognitivas com eficácia.

Assim, como entendem Bryan et al (2004) citados por Milacci & Madeson (2022), a nutrição é crucial para o desenvolvimento do cérebro, e nutrientes como iodo, ferro, folato, zinco, vitamina B12 e ácidos graxos polinsaturados ômega-3 dão suporte às funções cognitivas emergentes. *Idem*, Além disso, a hidratação é igualmente importante, pois a desidratação tem o potencial de afetar negativamente a cognição (Edmonds & Burford, 2009; Kim, Chun, & Shin, 2020).

Enquanto a escola não for abrangida por PME, os alunos pertencentes a famílias carenciadas sempre apresentarão necessidades cognitivas de percepção, resolução de problemas e metacognição (pensar sobre o pensamento ou argumentar) em um contexto, como jogos, problemas quotidianos, em comparação com os que tomam pequeno-almoço antes e durante as actividades lectivas.

Nos termos do n.º 2 do art. 7º do Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de Setembro, a merenda escolar deve possuir especificamente os seguintes elementos:

- a) O fornecimento de 1/3 das calorias necessárias diariamente, ou seja, 700 Kcal/dia, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde;
- b) O fornecimento de carboidratos, proteínas, gorduras e micronutrientes (minerais e vitaminas).

Tão logo a Escola Primária n.º 115. 5 De Maio seja abrangida pelo programa de merenda escolar, a confeição dos alimentos deve destacar-se com os principais nutrientes que ajudam no desenvolvimento cognitivo dos alunos, de modo que as suas necessidades de cognição sejam sanadas. Conforme mencionados anteriormente, os nutrientes são: o iodo, ferro, folato, zinco, vitamina B12 e ácidos graxos polinsaturados ômega-3 dão suporte às funções cognitivas emergentes.

É necessário que sejam incluídas no cardápio da Escola todo tipo de alimentos quer seja produzidos localmente ou fora que fornecem nutrientes que permitem melhorar três canais: desenvolvimento físico, cognição e comportamental, isto é, de acordo quantidades necessárias de cada nutriente e a quantidade necessária de alimento servido para os alunos, tendo em consideração o seu peso, idade, histórico académico etc. Sem estes, é quase impossível para um aluno desenvolver-se, mental ou fisicamente.

O cardápio deve ser montado e pensado nas necessidades nutritivas e cognitivas dos alunos. Essas necessidades, só serão devidamente identificadas e combatidas com o acompanhamento e articulação dos profissionais de diferentes áreas de actuação, para que o programa de merende escolar seja executado com toda eficácia.

Neste entendimento, a inclusão da merenda escolar, além de saudável, é uma chance de melhorar a capacidade física, comportamental e sobretudo a mental dos alunos da Escola Primária n.º115. 5 De Maio, no município do Ambriz, mas que para isso é necessário: haver reformas de posse de terra, capacitação de pequenos e médios agricultores sobre agricultura e pecuária, reabilitação das redes rodoviárias para escoamento dos produtos, aumento do orçamento municipal para a agricultura, acesso ao crédito de pequenos e médios agricultores, organização de feiras de sementes, formação de associação de produtores locais etc.

3.2.4.1. FACTORES QUE DIFICULTAM A INCLUSÃO DA MERENDA NA ESCOLA PRIMÁRIA N.115. 5 DE MAIO

Um programa de alimentação escolar é uma sequência de instruções que envolve múltiplas particularidades cujo objectivo é promover a segurança alimentar e fornecer quantidade de nutrientes necessários aos alunos.

Quando fala-se de múltiplas articulares, aponta-se inequivocamente em tudo que materialize o programa, nomeadamente uma cozinha escolar, um refeitório que

albergue o número de alunos para alimentar, água potável e canalizada, equipamentos de cozinha (geleira industrial, louças, talheres, copos, baldes, panelas etc.), mesas de assento múltiplos, cardápio, funcionários e até horários flexíveis já que os resultados indicaram que os alunos possuem pouco tempo para comer nos intervalos das aulas, etc.

Escola Primária n.º115. 5 De Maio, apresenta um espaço físico que precisa ser reestruturado de modo que atenda as exigências do PME, como construção e equipamentos da cozinha escolar, refeitório que albergue os estudantes de cada período, pessoal não docente que se enquadram no programa, um espaço para se forma a horta escolar etc.

Para isso, é preciso que haja garantia de recursos financeiros adequados para a execução do programa.

Segundo Conga (2024), não são as escolas que gerem os orçamentos de merenda escolar e mensalmente as administrações municipais recebem três milhões de kwanzas para merenda escolar.

No ano lectivo 2024/2025 foram confirmados 389 alunos na Escola Primária 115. 5 De Maio, se fizermos um cálculo divisório de 3.000.000 AOA% para cobrir 389 alunos, daria 7.712 AOA para cada aluno, mensalmente. E esse valor seria insuficiente para cobrir as despesas mensais por alunos inscritos no ano lectivo 2024/2025.

Neste sentido, o sector privado pode jogar um papel fundamental no apoio a merenda escolar. Mas, o desafio seria sensibilizar a sociedade situada do Ambriz a apoiar a criação e implementação do programa de merenda escolar sem contrapartida de benefícios como os fiscais.

Portanto, a nossa pesquisa aponta as principais dificuldades, que são: falta de recursos financeiros proporcionais para alimentação escolar e a falta de transparência ou fiscalização dos recursos financeiros destinados ao PME no município do Ambriz.

CONCLUSÃO

De acordo os dados apresentados foi possível estabelecer uma relação entre os resultados e algumas hipóteses levantadas inicialmente pela pesquisa.

A Escola Primária n.º 115 contempla 364 alunos activos e 25 desistente. Nem todos pertencem a famílias com condições mínimas para oferecer o pequeno-almoço antes das aulas, durante o recreio e o almoço.

A falta de tempo para se alimentar adequadamente e sem pressão psicológica vinda do professor ou de outro membro pertencente a direcção da Escola Primária n.º115. 5 De Maio, durante os intervalos das aulas, chama-nos a atenção de necessidade de criação e implementação de horário flexível com o objectivo de que, todos os alunos da escola usufruam da sua merenda tranquilamente, mesmo que naquele período ainda possa ser aproveitado para a digestão, absorção e eliminação do alimento etc.

Assim, com os resultados apresentados, interpretados e discutidos, ficou provado que por meio de alimentos que possuem nutrientes como iodo, ferro, folato, zinco, vitamina B12 e ácidos graxos polinsaturados ômega-3 dão suporte às funções cognitivas emergentes, a merenda escolar pode ser usada como estratégia e ferramenta de apoio ao desempenho de alunos em situação de vulnerabilidade social, com o objectivo de atender as suas necessidades cognitivas.

Portanto, a hipótese II: a merenda escolar como ferramenta de apoio ao desempenho de alunos em situação de vulnerabilidade social; e a hipótese III criação de horário flexível de merenda, ficaram provadas, enquanto, que a hipótese I implementação de programas de nutrição diferenciada não, não encontramos nenhuma correlação com os resultados apresentados na pesquisa.

SUGESTÕES

Deve haver maior autonomia da instituição escolar para administrar recursos financeiros destinados à merenda

Criação de conselho e programa bimestral de monitoramento e avaliação dos resultados;

Celebração de acordos entre a administração e empresas privadas como fonte de financiamento do PME;

Celebração de protocolo de cooperação entre a direcção municipal da educação e as cooperativas agrícolas para o fornecimento de alimentos de produção local;

Criação de horta comunitária de apoio a escola onde a própria criança cultive esse alimento, veja o seu desenvolvimento e degustar do mesmo.

Para isso, será necessário envolver pais, fazendeiros locais, chefs locais, funcionários públicos e organizações da sociedade civil pode promover um senso de propriedade e criar um sistema alimentar mais inclusivo.

Construção de vedação em volta do campo de produção alimentar;

Promoção de programa extra-curricular que envolve produção alimentar escolar;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M.T. S. F (2011). *Necessidades psicológicas ao longo do desenvolvimento. A importância dos pais no processo de regulação da satisfação das necessidades*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia – Universidade de Lisboa.

Alvarenga, E. M. (2012). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. 2ª ed. Paraguai: A4 Diseños.

Arque, R. G. C., Ferreira, J. C. S., & Figueiredo, R. S. (27 de Out., 2021). *A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade*. Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. 1. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21852>.

Assembleia Nacional de Angola (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação*. Assembleia Nacional.

Back, M. W. (2021). *Agricultura familiar – um estudo de caso de um família rural no município de Medianeira – PR*. Monografia d licenciatura em Engenharia Agrónoma. Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu.

Bandeira, G. S. P. (2006). *Estratégias de comunicação para crises de imagem nas organizações*. Monografia em Jornalismo. Faculdade de Comunicação – Universal Federal da Bahía.

Birkelund, J. E. (2023). *Impacto da implementação da escola gratuita Refeições baseadas em hábitos alimentares entre Alunos do Ensino Médio no condado de Viken [Impact of Implementing Free School Meals on Dietary Habits Among Upper Secondary School Students in Viken Count]*. Dissertação de mestrado em Saúde Pública na Universidade de Noruega, Faculdade de Ciências Humanas de Lonscape e Society.

Braun, J. (2022). Fome no Brasil: como desnutrição atrasa desenvolvimento infantil em cada etapa da vida. BBC NEWS Brasil. Consultado a 24 de 02 de 2025. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62187414>.

Cardoso, MRG., Oliveira, GS., & Ghelli (2021). Análise do conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.110.

Cheron, A. A. G. C. (2021). *Guia prático de pesquisa em educação*. Caxias do Sul, RS: Educus.

Claudel, J. (2022). *Origem, história, evolução. Cantinas: uma grande invenção [Origine, histoire, évolutions. Cantines: une belle invention]*. Wenzl. Consultado a 03 de 02 de 2025. <https://wenzl.fr./lhistoire-de-la-restauration-scolaire/>.

Conga, J. (2024). *Merenda escolar com nova cara e 451 mil milhões kzs na carteira em 2025*. Expansão. Consultado a 28 de 02 de 2025.

<https://expansao.co.ao/detalhe/merenda-escolar-com-nova-cara-e-451-mil-milhoes-kzs-na-carteira-em-2025-63002html>.

Conselho da Revolução Leis N.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7/75. Imprensa Nacional de Angola – S / N.

Da Silva, K. R. F. (2015). *O papel da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil*. Monografia de licenciatura em Ensino De Ciências – Universidade Tecnológica Federal Do Paraná.

De Lima, G. R. (2018). *A merenda escolar como fator motivador da permanência do aluno em escolas públicas: casos retratados no noroeste do Paraná*. Monografia de licenciatura em Educação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Medianeira.

Decreto n.º 2/05, de 14 de Janeiro. Diário da República, I – Série N.º 6.

Decreto Presidencial n.º 138/13, de 24 de Setembro. Diário da República, I – Série N.º 183.

Demas, A. (2023). *Celebrando a história inicial do programa de merenda escolar. Uma história do programa de merenda escolar [Celebrating the Early History of the School Lunch Program. A History of the School Lunch Program]*. Food Studies Institute. Consultado a 13 de 02 de 2025.

<https://foodstudies.org/celebrating-the-early-history-of-the-school-lunch-program-part-1/>.

Dicionário Online Significado (2024). *Significado de cognitivo*. Enciclopédia Significados. Consultado 19 de 07 de 2024.

<https://www.significados.com.br/cognitivo/>.

Edelstein, B., & Veith, H. (2017). *História escolar até 1945: Da Prússia ao terceiro*

Reich [Schulgeschichte bis 1945: Von Preußen bis zum Dritten Reich]. Bundeszentrate für politische Bildung. Consultado a 12 de 1 de 2025.

<https://www.bpb.de/themen/bildung/dossier-bildung/229629/schulgeschichte-bis-1945-von-preussen-bis-zum-dritten-reich/#node-content-title-0>.

Ferraz, R. (2020). *Visão e revisão, conceito e pré-conceito*. Portal Dia a Dia Educacao. Consultado 06 de 02 de 2025.

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=276&evento=12>.

Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto-Alegre: Editora da UFRGS.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

Governo de Angola (2009). *Estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional*. ENSAN.

Governo de Angola (2024). *Segurança alimentar em Angola e produção nacional*. Consultado a 16 de 02 de 2025.

https://plataformacipra.gov.ao/public/ficheiros/arquivos/Gov_AngolaPublicação402208241106341724364394.pdf.

Global Child Nutrition Foundation (2023). Programa de merenda escolar. GCNF. Consultado a 03 de 02 de 2025. https://gcnf.org/wp-content/uploads/2023/02Angola_PORTUGUESE_02_22_23_r1.pdf.

Illinois School Nutrition Association (2024). *História da merenda escolar [History of school lunch]*. ILSNA. Consultado a 31 de 01 de 2025. [Http://www.ilsna.net/resources/schoolnutrition/historyschoolnlunch](http://www.ilsna.net/resources/schoolnutrition/historyschoolnlunch).

Imprensa Nacional (2021). *Constituição da República de Angola*. 1ª ed. Luanda: Imprensa Nacional – E.P.

Júnior, J. E. P. L. (2017). *Proposta de planeamento estratégico baseado no balanced scorecard para o pet shop reino dos bichos*. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 32/20 de 12 de Agosto. diário da República, I – Série N.º 123.

Macário, D. C. S. (2023). *A importância da alimentação saudável de crianças nas escolas: uma revisão integrativa da literatura*. Trabalho de Conclusão do Curso em Nutrição. Universidade Salvador – UNIFACS.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna Ltda.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. 8ª ed. São Paulo: Átlas S.A.

Mendes, E. (2014). *Alimentação escolar*. Monografia de Pós Graduação em Ensino de Ciências - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Millacci, T. S., & Madeson, M. (2022). *Como promover o desenvolvimento cognitivo: 23 atividades e jogos*. Positvepsychology. Consultado a 19 de 02 de 2025. <https://positvepsychology.com/cognitive-development-activities/>.

Moraes, J. M. M. (2017). *Por que as pessoas comem o que comem? Comparação das motivações para comer entre dois contextos socioeconômicos díspares no Brasil*. Dissertação de mestrado em Nutrição em Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Munichkindl (s.d.). *Durante vinte anos, o Conde Rumford melhorou a sua nova casa [Zwang Jahren lang verbessert Graf Rumford seine neue Wahlheimat]*. Munichkindl. Consultado a 3 de 02 de 2025.

<Http://www.munichkindl.net/klassimus---graf-rumford>.

Ndala, D. A. B. (2019). *O estado da inclusão escolar nas escolas públicas de angola e a formação de professores, experiências realizadas em Bengo, Cabinda, Huila, Luanda e Malange*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, especialidade Necessidade Educativas Especiais. ISPA - Instituto Universitário.

Pells, R. H., & Romer, C. D. (2024). *Grande Depressão [Great Depressio]*. Britannica. Consultado a 31 de 01 de 2025. <Http://www.brittanica.com/event/Great-Depression>.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2017 – 2030 (2016). Educar Angola 2030.

Priberam Dicionário Virtual (2025). Programa-piloto. Priberam Dicionário. Consultado a 05 de 02 de 2025. <Https://www.priberam.org/programa-piloto>.

Prodanov C. C., & Freitas E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e*

técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Rio Grande do Sul – Brasil: Feevale.

Quitari, G. N. (15 de Out., 2015). *Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotômica [Versão Electrónica]*. Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais. Vol. 05, pág.253. Consultado em 30 de 10 de 2024. <http://journals.openedition.org/mulemba/2010>.

Rangel, A. (2023). *Compulsão alimentar e ansiedade. A psiquiatra*. Consultado a 12 de 02 de 2025. <http://apsiquiatra.com.br/compulsao-alimentar-e-ansiedade/>.

Rezende, E. G., D'Ávila, N. G., Bacarji, K. M. G. D'A., & Murta, N. M. G. (15 de Dez., 2014). *Percepção sobre os hábitos de nutrição entre os estudantes de nutrição*. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v.12, n.2, p.623.

Ribeiro, T. R. M. (03 de Ago.,2018). *Considerações sobre a grande depressão e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. Revista Cantareira. Vol. 29, pág.194-195.

Rodrigues, V. (2025). *Angola: pobreza aumentou mais de 80% em oito anos, diz ONG*. VOA. Consultado a 10 de 02 de 2025. <Http://www.voaportugues.com/angola-pobreza-aumentou-mais-de-80-em-oito-anos-diz-ong/7946458.html>.

Samuel, A. T. A. (2010). *O impacto da merenda escolar na inserção, retenção e sucesso escolar dos alunos do ensino primário em Angola*. Coop Edu – Congresso Portugal e os PALOP. Cooperação na Área da Educação.

Santos, C. K. (2021). *Importância da alimentação escolar na introdução alimentar e formação de hábitos adequados e saudáveis*. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina - Florianópolis.

SEB (2021). *O que é a capacidade cognitiva: principais informações que você precisa saber*. Novos Alunos. Consultado a 18 de 02 de 2025. <Http://novosalunos.com.br/o-que-e-capacidade-cognitiva/>.

Serra, F. A. R. (18 de Jul., 2015). *Conceitos de estratégias na visão de estudantes de administração [Versão Electrónica]*. Revista Ibero-Americana de Estratégia. Vol. 14, pág. 84. Consultado em 30 de 06 de 2024. <Http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331242636006>.

Siqueira, S. L. (2006). *Agrotóxicos e saúde humana*. Monografia de Licenciatura em Enfermagem. Universidade Federal Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

Shain, S. (2024). *EUA: programas de merenda escolar gratuita são ampliados e ajudam milhões de famílias*. Portal R7. Consultado a 31 de 10 de 2024.

[Http://noticias.r7.com/internacional/eua-programa-de-merenda-escolar-gratuita-são-ampliados-e-ajudam-milhoes-de-familias-01062024/](http://noticias.r7.com/internacional/eua-programa-de-merenda-escolar-gratuita-sao-ampliados-e-ajudam-milhoes-de-familias-01062024/).

Scheunemann, C. M. B., & Lopes, P. T. C. (2019). *Hábitos alimentares e concepções sobre alimentação equilibrada: uma investigação com alunos do oitavo ano do ensino fundamental*. Revista Alexandria. V.12, n.º1, p. 282-289. Consultado a 26 de 02 de 2025. [Http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2019v12n1p279](http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2019v12n1p279).

School Meals Coalition (2024). *Cimeira europeia sobre refeições escolar regional. Refeições escolares na Europa [European regional school meals summit. School meals in Europe]*. School Meals Coalition. Consultado a 30 de 01 de 2025.

<https://schoolmealscoalition.org/european-regional-school-meals-summit>.

Shukla, A. (2023). *Necessidades cognitivas: um traço de personalidades de cérebros faminto [Need for Cognition: A personality trait of hungry brains]*. Blog CognitionToday. Consultado a 17 de 01 de 2025.

[Https://cognitiontoday.com/need-for-cognition-a-personality-trait/](https://cognitiontoday.com/need-for-cognition-a-personality-trait/).

Souza, L. B. P., & Sousa, N. H. (2023). *Nutrição escolar: promovendo a igualdade e o desenvolvimento infantil por meio da alimentação saudável*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, o. São Paulo, v.9.n.09, p.1095. consultado a 15 de 02 de 2025. doi.org/10.51891/rease.v9i9.11250.

Stefanini, M. L. R. (1998). *Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças*. Tese de Doutorado em Saúde Pública – Universidade de São Paulo.

Sternberg, R. J. (2008). *Psicologia Cognitiva*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.

Tchango, E. M. A. (2023). *Merenda escolar sustentável, seu impacto na aprendizagem e na educação alimentar*. Monografia de Licenciatura em Ciências Farmacêutica – Instituto Superior Politécnico da Caála.

Traka, M., & Zhang, L. (2023). *A nutrição dos almoços escolares ao longo das décadas. Uma breve história dos almoços escolares no Reino Unido e como sua nutrição mudou ao longo do tempo [The nutrition of school dinners through the decades. A short history of school dinners in the UK and how their nutrition has changed over time]*. Quadram Institute. Consultado a 01 de 02 de 2025.

<https://quadram.ac.uk/blogs/the-nutrition-of-school-dinners-through-the-decades/>.

Vieira, J. G. S. (2010). *Metodologia de pesquisa científica na prática*. Curitiba: Fael

Editora.

Watkins, k., Fiala, O., Haag, P., & Zubairi, A. (2024). *Alimentação escolar e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda para combater a fome infantil, promover a educação, transformar a sistemas alimentares e fortalecimento da equidade [alimentación escolar y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: Agenda para combatir el hambre infantil, potenciar la educación, transformar los sistemas alimentarios y fortalecer la equidad]*. Consultado a 17 de 02 de 2025. https://www.google.com/search?client=tablet-android-samsung&sca_esv=e51cbab9ee5c3981&sxsrf=AHTn8zrWIJckByMO8xVGwldMGCBMAkTSRw%3A1741256387851&q=alimemtacion+escolar+y+los+onjectivos+de+desarrollo+sostenible+kevin+watkins&oq=alimemtacion+escolar+y+los+onjectivos+de+desarrollo+sostenible+kevin+watkins&aqs=heirloom-srp.

APÊNDICES

APÊNDICE A

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMÍ-ESTRUTURADA

O presente guião destina-se ao levantamento de dados para fins puramente académicos. O seu conteúdo foi elaborado pela equipa responsável da pesquisa, de modo que a entrevista atenda os objectivos do estudo em curso.

Deste modo, através de *termo de consentimento livre e esclarecido*, a nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades do entrevistado, bem como as respostas apresentadas durante a entrevista, serão anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para o estudo em curso.

O objectivo desta entrevista, é obter informações que ajudam a conhecer e a compreender “a inclusão de merenda escolar, bem como estratégias personalizadas que podem ser criadas para atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Desde já, em nome da equipa do Instituto Superior de Angola responsável por esta pesquisa, agradecemos a sua colaboração.

Planeamento geral da entrevista

Etapas	Finalidade
Auto apresentação da pesquisadora, clarificar a finalidade e a importância da entrevista	Esta entrevista tem como propósito a obtenção de dados através das informações fornecidas pelos entrevistados, para responder a problemática em estudo: “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”. A sua importância consiste na ideia de confirmar e, eventualmente, aprofundar a literatura existente acerca do objecto em estudo, através da percepção dos entrevistados, uma vez que eles são parte

	da Escola Primária nº115, onde a problemática é estudada.
Definição dos objectivos da entrevista	Dar resposta às questões de investigação levantadas pela entrevistadora: - Que estratégias personalizadas para a inclusão de merenda escolar podem atender as diferentes necessidades cognitivas do aluno? - Que os alimentos de produção local apresentam as potencialidades para merenda escolar? - Que dificuldades alimentares os alunos possuem? - Que dificuldades estarão na base da inclusão da merenda na escola primária nº 115?
Entrevistados	Membro da Direcção Municipal da Educação do Ambriz, Membros da Escola: - Director geral; director pedagógico; director de turma e professores; - Alunos da Escola Primária Nº 115.
Entrevistadora	Licencianda finalista do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Angola.
Condições de logística	Aquisição de gravador áudio/smartphone. Impressão de guiões. Esferográfica
Meio de comunicação	Tipo – oral (gravada se haver consentimento do entrevistado). Espaço – espaço reservado (uma sala) da Direcção Municipal da Educação do Ambriz e do recinto escolar em causa. Momento – a definir com o entrevistado.
Tempo da entrevista	De 10 a 20 minutos.
Prazo	Prazo estabelecido, até 7 de Outubro de 2024.

Aspectos formais a ter em conta	Apresentação: - Proporcionar um ambiente de confiança e descontraído, tendo atenção com o entrevistado. - Manter o objectivo da entrevista, procurando sempre levar o entrevistado a responder às questões colocadas ou que possam surgir em função das respostas. Descrever o projecto de pesquisa para o entrevistado: - Apresentar a finalidade da entrevista. - Esclarecer que não há respostas corretas ou erradas. - Solicitar a autorização do entrevistado. Durante da entrevista: - Ajudar o entrevistado a manifestar claramente as suas ideias. - Manter o entrevistado nas questões fundamentais. - Fazer com que o entrevistado argumente mais em relação às questões mais importantes durante a entrevista. Ao finalizar a nossa entrevista: - Levar em conta o limite de tempo programado para a entrevista. - Agradecer a disponibilidade do entrevistado. Aspectos a observar durante a entrevista: - Observar se o entrevistado estava emocionalmente confortado ou não. - Proceder à transcrição directa da entrevista, caso o entrevistado não queira ser gravado.
---------------------------------	--

PASSOS SUBSEQUENTES À REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

Verificação dos requisitos dos dados	- Validade: Comparação com outros dados externos de importância. - Relevância: importância em relação aos objetivos propostos. - Clareza: referência a datas, profissão, idade, nome dos locais do evento.
Tratamento dos dados	Análise das respostas às questões: - Transcrição da entrevista. - Análise de conteúdo da entrevista escrita.
Redação dos dados recolhidos	- Explicitar metodologia. - Descrever recolha e tratamento de dados. - Realizar as conclusões.

Objecto de estudo:

A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024.

Questões chaves de investigação:

1. Que estratégias personalizadas para a inclusão de merenda escolar podem atender as diferentes necessidades cognitivas do aluno?
2. Que os alimentos de produção local apresentam as potencialidades para merenda escolar?
3. Que dificuldades alimentares os alunos possuem?
4. Que dificuldades estarão na base da inclusão da merenda na escola primária nº 115?

**GUIÃO DE ENTREVISTA SEMÍ-ESTRUTURADA PARA ALUNOS DA ESCOLA
PRIMÁRIA Nº115**

1. Costuma ter tempo para comer nos intervalos das aulas?
2. O alimento que consomes:
 - a) Trazes de casa?
 - b) Quem prepara?
 - c) Compra pelo caminho da escola?
 - d) Compra na cantina da escola?
3. “Matabichas” antes de estar na escola?
4. O que tem consumido/comido?
5. Qual é a tua comida favorita?
6. Qual é a tua fruta favorita?
7. Alguma vez já choraste por não ter nada para comer?
8. Outros.

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMÍ-ESTRUTURADA PARA PROFESSORES DA ESCOLA Nº115

1. O programa de merenda escolar é implementado na escola primária nº 115?
 - a) Por que?
2. Existe parceiros locais da escola que podem financiar as despesas relativos à merenda escolar?
3. Que alimentos de produção local apresentam potencialidades para merenda escolar?
4. De acordo a sua observação, que produtos são mais consumidos pelos alunos durante o recreio?
5. Como considera a qualidade dos alimentos consumidos pelos alunos durante o recreio?
6. O que recomendaria que os alunos consumissem?
 - a) Por que?
7. Acredita que a merenda escolar adaptada atende as diferentes necessidades cognitivas dos alunos?
 - a) Pode explicar de que maneira?
8. Na sua opinião, acredita que a falta de alimentação acarreta consequências nos alunos?
 - a) Que tipos de consequências podem acarretar?
9. A escola promove actividades educativas que abordam a importância da alimentação saudável e inclusiva para os alunos?
10. Em sua opinião, que produtos não deveriam faltar no cardápio da merenda escolar local?
11. Pretende argumentar sobre uma questão que não foi levantado na entrevista?

APÊNDICE B

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO PARA DIRECÇÃO DA ESCOLA Nº115

Este questionário destina-se à recolha de dados para aprofundar as percepções em volta da problemática em estudo, cujo tema “a inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Desde já, em nome da equipa do Instituto Superior de Angola responsável por esta pesquisa, agradecemos a sua colaboração.

Obs.: a nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades do entrevistado, bem como as respostas apresentadas durante a entrevista, serão anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para o estudo em curso.

I. DADOS DO INQUIRIDO

Nome completo _____

Gênero _____ Cargo de hierarquia _____

II. QUESTÕES

1. A escola beneficia do programa de merenda escolar?
2. Que estratégias a escola adoptou para incluir todos os alunos no programa de merenda escolar?

3. Existe alimentos de produção local com potencialidade para merenda escolar?

SIM ☐

NÃO ☐

Menciona-os:

4. Descreve os factores que dificultam a inclusão da merenda escolar?

5. No seu ponto de vista, existem adaptações específicas na merenda escolar para atender as necessidades de alunos com diferentes perfis cognitivo?

a) Por quê?

6. Como os professores e a equipa pedagógica podem ser envolvidos no processo de inclusão da merenda escolar para os alunos com necessidades cognitivas?

7. A escola possui algum programa ou parceria com nutricionistas para desenvolver cardápios adequados às necessidades cognitivas dos alunos?

SIM ☐

NÃO ☐

Se sim, descreva como funciona:

8. Existe algum protocolo específico para situações em que a merenda escolar não atende adequadamente as necessidades de um aluno com dificuldades cognitivas?

SIM ☐

NÃO ☐

Se sim, descreva o protocolo:

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº115

Este questionário destina-se à recolha de dados para aprofundar as percepções em volta da problemática em estudo, cujo tema é “a inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Desde já, em nome da equipa do Instituto Superior de Angola responsável por esta pesquisa, agradecemos a sua colaboração.

Obs.: a nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades do entrevistado, bem como as respostas apresentadas durante a entrevista, serão anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para o estudo em curso.

I. DADOS DO INQUIRIDO

Nome completo _____

Gênero _____ Classe que lecciona _____

Disciplina que lecciona _____

II. QUESTÕES

1. Qual é a sua opinião sobre a implementação da merenda escolar?
2. De que modo a implementação da merenda escolar pode contribuir no atendimento de diferentes necessidades cognitivas do aluno?
3. A escola primária nº 115 beneficia da merenda escolar?
 - a) Por quê?

4. Que estratégias personalizadas de merenda podem ser implementada para atender as diferentes necessidades cognitivas do aluno?
5. Existe alimentos doados pelos parceiros da escola para merenda escolar?

SIM ☐

NÃO ☐

Se sim, descreve

6. Existe alimentos de produção local com potencialidade para merenda escolar?

SIM ☐

NÃO ☐

Menciona-os:

7. A escola promove actividades educativas que abordam a importância da alimentação saudável e inclusiva para os alunos?

APÊNDICE C

FORMULÁRIO PARA ALUNOS DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº115.

Este questionário destina-se à recolha de dados para aprofundar as percepções em volta da problemática em estudo, cujo tema é “a inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

A nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades do entrevistado, bem como as respostas apresentadas durante a entrevista, serão anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para o estudo em curso.

Desde já, em nome da equipa do Instituto Superior de Angola responsável por esta pesquisa, agradecemos a sua colaboração.

I. DADOS DO INQUIRIDO

Nome completo do aluno_____

Nome completo do encarregado_____

Grau de parentesco_____ Mora c/ a
criança_____ Contacto do encarregado_____

Estado civil_____ Ocupação_____

Obs.: leia com atenção, as questões que se seguem e as informações (que orientam as respostas). Não há respostas certas ou erradas, por isso pede-se que responda com sinceridade a todas as questões. Preencha os rectângulos respectivos.

II. QUESTÕES GERAIS

2.1. Preocupa-se com a sua alimentação?

a) Sim

☐

b) Não

☐

c) As vezes

☐

2.2. Assinale as refeições que costuma fazer ou consumir diariamente?

a) Pequeno-almoço

☐

b) Almoço

☐

c) Merenda

☐

d) Jantar

☐

2.3. Costuma ter tempo para comer nos intervalos das aulas?

a) Sim

☐

b) Não

☐

C) As vezes

☐

2.3. Costuma beber durante as refeições?

a) Sim

☐

b) Não

☐

c) Às vezes

☐

2.3.1. Se na pergunta anterior respondeu SIM ou ÀS VEZES, indique que bebidas costuma beber às refeições:

a) Água

☐

b) Refrigerantes (Coca-cola etc.) ☐

d) Sumos naturais ☐

e) Outras? ☐

2.4. Quando tem fome na escola, de preferência o que gostaria comer?

a) Arroz guisado ☐

b) Massa guisada ☐

c) Batata-doce e chá/leite/outros ☐

d) Mandioca com chá/leite/outos ☐

e) Pão com chá/leite/outros ☐

f) Frutas ☐

g) Funje c/frango/peixe/outros ☐

h) Sopa ☐

i) Arroz c/salada ☐

j) Arroz com feijão ☐

k) Outros ☐

2.4.1. Se respondeu outros, por favor, menciona:

2.5. Tem se alimentado antes de ir às aulas?

a) Sim ☐

b) Não ☐

c) Às vezes ☐

2.6. Quem prepara a sua refeição?

a) Mãe ☐

b) Pai ☐

c) Outros ☐

2.6.1. Se assinalou **outros**, por favor menciona:

2.7. Você já percebeu que alguns alimentos ajudam a concentra-se melhor nas aulas?

a) Sim ☐

b) Não ☐

c) Nunca reparei ☐

2.8. Alguma vez já chorou porque não tinha nada para comer?

a) Sempre ☐

b) Às vezes ☐

c) Dificilmente ☐

d) Nunca ☐

Obrigado pela sua colaboração!

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Nesta pesquisa queremos conhecer e compreender que estratégias podem ser implementadas para que a merenda escolar atenda as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da escola nº115.

Sua participação é voluntária e você não terá nenhuma despesa ou pagamento por sua participação. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser. É um direito seu não querer participar e não terá nenhum problema se não aceitar participar ou desistir durante a pesquisa.

Caso aceite participar, você irá responder a um questionário e, talvez, a uma entrevista se precisarmos ampliar o nosso entendimento sobre suas respostas ao questionário.

Enviaremos o questionário para seus pais/responsáveis para que eles possam ter acesso as perguntas que você irá responder. Seus pais/responsáveis podem acompanhar você no momento que estiver respondendo o questionário, mas, eles não deverão influenciar suas respostas para as perguntas. Seus pais/responsáveis lhe ajudarão apenas se você tiver dúvidas sobre algum termo/palavra utilizado no questionário.

Vale dizer, que antes, durante e depois da pesquisa a sua identidade será preservada.

Eu

aceito participar da pesquisa “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Ambriz, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do responsável legal

Assinatura da pesquisadora

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO PARA DIRECÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO AMBRIZ - 2024

Este questionário destina-se à recolha de dados para aprofundar as percepções em volta da problemática em estudo, cujo tema “a inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

O estudo será apresentado no Instituto Superior de Angola, como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

O objectivo deste questionário, é obter informações que ajudam a conhecer e a compreender “a inclusão de merenda escolar, bem como estratégias personalizadas que podem ser criadas para atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

*Deste modo, através de **termo de consentimento livre e esclarecido**, a nossa equipa de pesquisa, garante que as identidades dos inquiridos, bem como as respostas apresentadas no questionário, serão anónimas e confidenciais, destinando-se exclusivamente para o estudo em curso.*

Desde já, em nome da equipa do Instituto Superior de Angola responsável por esta pesquisa, agradecemos a sua colaboração!

I. DADOS DO INQUIRIDO

Nome completo _____

Cargo na Direcção Municipal da Educação do Ambriz _____

_____ Contactos _____

II. QUESTÕES

1. A escola primária beneficia do programa de merenda escolar?
2. Que estratégias a Direcção Municipal da Educação adotou para incluir todos os alunos no programa de merenda escolar?
3. A Direcção Municipal da Educação possui algum programa de parceria para financiamento da merenda escolar? Como funciona?
4. Existe um protocolo específico para situações em que a merenda escolar não atende adequadamente as necessidades de um aluno com dificuldades cognitivas? Se sim, descreve.
5. A Direcção Municipal da Educação possui um programa de parcerias com nutricionistas para desenvolver cardápios adequados às necessidades cognitivas dos alunos?
6. Existe alimentos de produção local com potencialidade para merenda? Se sim, menciona.
7. Descreve os factores que dificultam a inclusão da merenda escolar?
8. Existe espaços para cultivar produtos agrícolas que podem servir como merenda? Se sim, diga quem é o proprietário do espaço.
9. Existe um plano de merenda escolar para a Escola Primária n.º 155?
10. A quem cabe a responsabilidade de administrar os fundos destinados à execução do plano de merenda escolar?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Sexo: F () M () Data de Nascimento: / /

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Município: _____ Província _____

Telefone: _____ / _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TEMA DE PESQUISA: “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

2. PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Raquel Isabel Sedrense Manteiga (licencianda).

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA: Caro(a) senhor (a) _____ está convidado participar da pesquisa em curso, cujo objectivo é obter informações que ajudam a conhecer e a compreender “a inclusão de merenda escolar, bem como estratégias personalizadas que podem ser criadas para atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos da Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”.

Caso o Senhor(a) se disponibilizar, responderá a um questionário e, talvez, a uma entrevista se precisarmos ampliar o nosso entendimento sobre as respostas dadas ao questionário.

A participação nesta pesquisa é voluntária e não haverá nenhuma despesa ou remuneração resultante dela. Garantimos que a sua identidade será mantida em sigilo.

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos da minha participação na pesquisa “A inclusão de merenda escolar: estratégias personalizadas de atender as diferentes necessidades cognitivas dos alunos. Escola Primária nº 115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo ano 2023-2024”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo disponibilizar-me de livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja exposta e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do inquirido

Assinatura da pesquisadora responsável

GRELHA DE OBSERVAÇÃO

Nome da escola: Escola Primária nº115. Município do Ambriz

Participantes do estudo: membros da direcção municipal da educação, director da escola, subdirector pedagógico, directores de turma, professores, encarregados e alunos.

Nome da observadora _____

Data _____ Hora _____ Local _____

Observa-se os indicadores da problemática em epígrafe **“Inclusão da merenda escolar: estratégias personalizadas para atender as diferentes necessidades cognitivas do aluno. Escola Primária nº115. 5 de Maio, município do Ambriz-Bengo, ano 2023/2024”**.

Aspectos a Observar	Indicadores			
	Mau	Suficiente	Bom	Excelente
Forma de apresentação do docente				
Aspectos nutritivo dos alunos				
Intervenção dos alunos que se alimentam antes das aulas				
Intervenção dos alunos que se alimentam durante o recreio das aulas				
Intervenção dos alunos que não se alimentam antes e nem durante o recreio das aulas				
Partilha de alimentos entre alunos				

Considerações:

ANEXOS



INSTITUTO
SUPERIOR
DE ANGOLA



À
DIRECÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 115,
5 DE MAIO MUNICÍPIO DO AMBRIZ-BENGO

ZAIRE

CREDENCIAL

Ref.: 79/DAC/ISA/024

Melhores Cumprimento,

Excelência,

O Instituto Superior de Angola – ISA foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 168/12 de 24 de Julho, com sede em Luanda, bairro da Pedreira, município de Cacucaco, apostado na formação de quadros qualificados na investigação científica para dar resposta as necessidades locais e nacionais de acordo com as orientações emanadas pelo Executivo Central.

Havendo necessidade de credenciar e enviar aos diferentes locais para a pesquisa da temática do Trabalho de fim de Curso para obtenção do grau de licenciatura em **Pedagogia** o (a) estudante:

NOME: Raquel Isabel Sedrence Manteiga

TEMA: A INCLUSÃO DA MERENDA ESCOLAR, ESTRATÉGIAS PERSONALIZADAS DE ATENDER AS DIFERENTES NECESSIDADES COGNITIVAS DOS ALUNOS . ESTUDO DE CASO ESCOLA PRIMÁRIA Nº 115, 5 DE MAIO MUNICÍPIO DO AMBRIZ-BENGO, NO ANO LECTIVO 2023/2024.

Vimos por intermédio desta, solicitar os vossos ofícios, no sentido de autorizar a estudante a realizar a pesquisa/recolha de dados na instituição que vossa excelência mui dignamente dirige.

O INSTITUTO SUPERIOR DE ANGOLA, em Luanda aos 20 de Setembro de 2024.

O vice - Presidente Para os Assuntos Científicos

Prof. Dr. Moisés Kafala Neto



CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA DE ANGOLA

2021



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

LEIS

N.^{os} 2, 3, 4, 5, 6 e 7/75

I. N. A. — 1976



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 1.360,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Lei n.º 32/20:

Que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro — Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. — Revoga a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, adita os artigos 124.º-A, 124.º-B e 124.º-C, e republica a referida Lei.

Banco Nacional de Angola

Aviso n.º 18/20:

Altera o n.º 1 do artigo 2.º do Aviso n.º 8/18, de 29 de Novembro. — Revoga o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Aviso n.º 8/18, de 29 de Novembro.

LEI QUE ALTERA A LEI N.º 17/16, DE 7 DE OUTUBRO — LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

ARTIGO 1.º**(Alteração e revogação)**

São alterados os artigos 11.º, 15.º, 16.º, 17.º, 19.º, 20.º, 23.º, 27.º, 29.º, 31.º, 32.º, 33.º, 35.º, 36.º, 38.º, 40.º, 41.º, 42.º, 44.º, 50.º, 51.º, 55.º, 58.º, 59.º, 64.º, 65.º, 66.º, 68.º, 69.º, 70.º, 72.º, 73.º, 74.º, 80.º, 83.º, 84.º, 85.º, 99.º, 102.º, 105.º, 107.º, 109.º, 110.º, 118.º, 119.º e 124.º, todos da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que passam a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 11.º**(Gratuidade)**

1. A gratuidade no Sistema de Educação e Ensino traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, para todos os alunos que frequentam o Ensino Primário nas instituições públicas de ensino.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Estado deve criar condições para que os alunos que frequentam o Ensino Primário, nas instituições público-privadas e privadas, tenham acesso ao material escolar, designadamente os manuais escolares em regime de gratuidade.

3. O Estado deve garantir e promover as condições necessárias para tornar gratuita a frequência da classe de iniciação e o I Ciclo do Ensino Secundário, bem como o transporte, a saúde e a merenda escolar nas instituições públicas de ensino.

4. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e de outros encargos, no Ensino Secundário e Ensino Superior, constituem responsabilidade dos Pais, Encarregados de Educação ou dos próprios alunos, em caso de maioridade.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 32/20**de 12 de Agosto**

Considerando que foram aprovadas, através da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, as Bases do Sistema de Educação e Ensino;

Havendo necessidade de se alterar algumas disposições da referida Lei, no sentido de melhor clarificar a tipologia e a designação das instituições de cada Subsistema de Ensino, reafirmar o papel nuclear do Professor e o reforço do rigor e experiência para acesso à classe, bem como a natureza terminal do Ensino Secundário e a natureza binária do Subsistema de Ensino Superior, que inclui o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, extinguir a monodocência na 5.ª e 6.ª Classes, extinguir os cursos de Bacharelato e considerar a perspectiva de extensão da Estratégia 2025 para 2050 e do papel omnipresente da 4.ª Revolução Industrial e das Tecnologias;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:



Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

I Série — N.º 6

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 60,00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano	
	As três séries.	Kz: 365 750,00
	A 1.ª série	Kz: 214 750,00
	A 2.ª série	Kz: 112 250,00
	A 3.ª série	Kz: \$7 000,00

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto n.º 2/05:

Aprova o plano de implementação progressivo do novo Sistema de Educação.

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o plano de implementação progressivo do novo Sistema de Educação, constante do Anexo A do presente diploma, dele constituindo parte integrante.

Art. 2.º — A implementação do novo Sistema de Educação far-se-á em 5 fases, podendo as mesmas coexistirem entre elas, designadamente:

- a) fase de preparação;
- b) fase de experimentação;
- c) fase de avaliação e correcção;
- d) fase de generalização;
- e) fase de avaliação global.

Art. 3.º — A fase de preparação consubstancia-se na criação das condições e a realização de actividades visando a aplicação do novo Sistema de Educação, nomeadamente:

- elaboração de novos planos e programas curriculares;
- formação do pessoal docente e de gestores escolares;

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 2/05

de 14 de Janeiro

Com a aprovação das novas Bases do Sistema de Educação, através da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, torna-se necessário o estabelecimento dos mecanismos para a sua implementação e a definição do regime de transição, porquanto a passagem do actual sistema para o previsto na referida lei não se processa automaticamente, mas sim respeitando a procedimentos e prazos que não ponham em causa os objectivos preconizados na lei, bem como os direitos adquiridos pelos alunos, professores e pessoal não docente.

Ao abrigo do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro;

Decreto Presidencial n.º 138/13:

Aprova o Regulamento da Merenda Escolar. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 139/13:

Aprova o Regulamento da Pesca Continental. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 140/13:

Nomeia Ilídio de Jesus Braz Martins para o cargo de Secretário de Estado da Construção.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 136/13

de 24 de Setembro

Considerando a necessidade de se implementar medidas económicas e financeiras conducentes à consolidação das políticas governamentais definidas para o Sector;

Atendendo à importância de se dinamizar a política empresarial da SONANGOL — E.P., no sentido de concretizar os seus objectivos estratégicos;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — São nomeadas as seguintes entidades que, no seu conjunto, passam a constituir o Conselho de Administração da SONANGOL — E.P.:

- a) Francisco de Lemos José Maria — Presidente do Conselho de Administração;
- b) Anabela Soares de Brito da Fonseca — Administradora;
- c) Ana Joaquina Van-Dünen Alves da Costa — Administradora;
- d) Fernandes Gaspar Bernardo Mateus — Administrador;
- e) Fernando Joaquim Roberto — Administrador;
- f) Mateus Sebastião Francisco Neto — Administrador;
- g) Paulino Fernando Carvalho Gerónimo — Administrador;
- h) José Guime — Administrador não Executivo;
- i) André Lelo — Administrador não Executivo;
- j) Albina Faria de Assis Africano — Administradora não Executiva;
- k) José Paiva — Administrador não Executivo.

Artigo 2.º — O Conselho de Administração ora designado deve cumprir e fazer cumprir, entre outras disposições aplicáveis, o disposto na Lei das Empresas Públicas e no respectivo Regulamento, bem como o disposto na Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro e no Decreto n.º 48/02, de 24 de Setembro, que estabelece as normas a observar pelas empresas públicas no âmbito do cumprimento do disposto na Lei do Orçamento Geral do Estado.

Artigo 3.º — É revogada toda a legislação que contrarie o presente Decreto Presidencial, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 21/12, de 30 de Janeiro e o Decreto Presidencial n.º 315/11, de 29 de Dezembro.

Artigo 4.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 29 de Agosto de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 137/13

de 24 de Setembro

Considerando a necessidade de se prorrogar a vigência do Decreto n.º 6/08, de 10 de Abril, de forma a dar oportunidade de ingresso na função pública à cidadãos com idade superior a 35 anos, cujo perfil técnico e experiência profissional se reconheça para o bom desempenho do sector público administrativo;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Prorrogação do período de vigência)

É prorrogado o período de vigência transitória do Decreto n.º 6/08, de 10 de Abril, por um período de cinco anos.

ARTIGO 2.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 3.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 29 de Agosto de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 138/13

de 24 de Setembro

Considerando que o Programa de Merenda Escolar é um projecto de âmbito nacional que visa combater o insucesso, aumentar as taxas de retenção, permitindo que as crianças em idade escolar se sintam capazes de cumprir as suas responsabilidades escolares em condições nutricionais adequadas, garantindo-se assim o seu bem-estar, o seu crescimento e desenvolvimento;

Havendo a necessidade de se regulamentar o Programa de Merenda Escolar com vista a garantir a sua universalização nas escolas do ensino primário públicas e privadas em regime de comparticipação;



REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei de Bases do Sistema de Educação

Luanda
31 de Dezembro de 2001